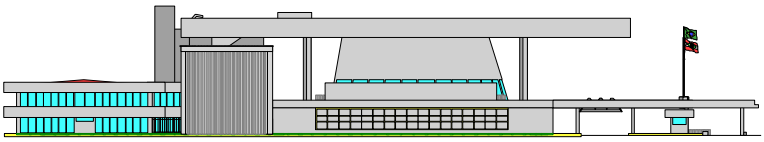
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

4ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L | FLORIANÓPOLIS, 21 DE OUTUBRO DE 2010 | NÚMERO 6.217

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder:Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Altair Guidi
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça (Peninha) - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Altair Guidi
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Silvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Altair Guidi
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Altair Guidi
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Flávio Ragagnin
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Altair Guidi
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Flávio Ragagnin
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Flávio Ragagnin
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões oridnárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XVIII - **NÚMERO 2217**
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS
TIRAGEM: 6 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 089ª Sessão Ordinária realizada em 19/10/2010 2
Ata da 090ª Sessão Ordinária realizada em 20/10/2010 14

Atos da Mesa
Ato da Presidência DL.....21
Atos da Mesa 22

Publicações Diversas
Ata de Comissão Permanente..... 22
Avisos de Licitação.....22
Aviso de Resultado.....23
Portarias 23
Projetos de Lei.....24

P L E N Á R I O

ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2010
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - André Dadam - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Destaca a presença de lideranças políticas do interior.

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Faz seu discurso de posse na Alesc.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Lamenta a morte do deputado Lício Mauro da Silveira e do presidente do PP de Garopaba.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Em nome do PMDB,Reporta-se ao falecimento do deputado Lício Mauro da Silveira e dá as boas-vindas ao deputado Flavio Ragagnin.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Como líder do PT, lamenta a perda do deputado Lício Mauro da Silveira e deseja sucesso ao deputado Flavio Ragagnin.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Critica os rumos da campanha eleitoral e as últimas declarações do ex-governador Luiz Henrique.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Posiciona-se acerca das declarações do ex-governador Luiz Henrique.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discorre sobre as virtudes do deputado Lício Mauro da Silveira.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Defende a criação de Procon em todos os municípios catarinenses.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador Ademir Vicente Machado, de Joinville.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Acusa o PSDB de práticas espúrias na eleição.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Solidariza-se com o PP e a família em função da morte do deputado Lício; comemora a eleição de Raimundo Colombo ao governo e apóia seu programa de governo; agradece os votos recebidos.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Critica a atual organização do SUS.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Expressa sua trite4za com a morte do deputado Lício; tece comentários sobre o número excesso de SDRs.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concorda com a necessidade de enxugar as SDRs; expressa seu sentimento de pesar pela morte do deputado Lício; dá as boas-vindas ao deputado Flavio Ragagnin.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença do vereador Mário Miguel, de Rio do Sul.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Passos Maia e de Alto Bela Vista.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Manifesta sua satisfação pelo atendimento de indicação de sua autoria.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Lamenta a morte do deputado Lício; agradece sua recondução à Alesc; lembra projeto de sua autoria que desvincula recursos do Fundo Social.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra a realização da Habitavi.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discorre sobre a situação da saúde.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Comenta os resultados das últimas eleições; pede a revisão da proposta orçamentária de 2011.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala da solução para a falta de segurança pública no estado.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Presta um tributo ao deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença do sr. Irineu Szczepanski, presidente da Câmara de Vereadores de Formosa do Sul, assim como dos vereadores Vildomar Venturin e Maria Adélia de Lara, também daquele município.

Contamos ainda, sr. presidente, com a presença dos vereadores Ivo Salomar de Souza e Luiz Carlos da Luz, de Monte Carlo.

Então, quero agradecer a presença dessas lideranças que nos estão visitando e prestigiando a sessão do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch, fica registrada a presença das autoridades mencionadas.

A Presidência comunica com pesar o falecimento do sr. deputado Lício Mauro da Silveira, ocorrido no último final de semana.

Esta Presidência pede que todos nós, em sinal do respeito e da amizade que tínhamos pela grande figura que foi o deputado Lício Mauro da Silveira, que por vários mandatos conviveu nesta Casa, fiquemos de pé e façamos um minuto de silêncio.

(Procede-se ao minuto de silêncio.)

Muito obrigado a todos.

De acordo com o que dispõe o art. 56 do Regimento Interno, pela vacância do cargo ocupado pelo deputado Lício Mauro da Silveira, a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina dá conhecimento do seguinte ato:

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA Nº 076-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Flavio Ragagnin, 1º Suplente do Partido Progressista - PP, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em virtude da ocorrência da vaga.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de outubro de 2010.

(a) Deputado Gelson Merisio - Presidente"[sic]

Deputado Flavio Ragagnin, por já ter prestado juramento nesta Casa, nós o declaramos empossado.

Dentro de Breves Comunicações, com a palavra o sr. deputado Flavio Ragagnin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, demais componentes da mesa, srs. deputados, devo dizer, em primeiro lugar, da minha tristeza em assumir este mandato no dia de hoje.

Homenageio o nosso deputado estadual Lício Mauro da Silveira, que foi um homem de bem, um homem público, cujo exemplo é seguido por muitos jovens, muitos políticos.

Quero, em nome da nossa equipe de trabalho, homenagear todos os funcionários do deputado Lício Mauro da Silveira e agradecer a dedicação, a postura, a lealdade que sempre tiveram com ele. Ao me congratular com todos os funcionários, quero também dizer que o Partido Progressista está de luto.

Tenho, nesta oportunidade, a missão impossível de substituir o deputado Lício Mauro da Silveira, que é insubstituível no nosso partido, nesta Casa, em função da sua postura, da sua lealdade. Não era assim que eu gostaria de retornar à Assembléia Legislativa. Eu já havia assumido o mandato de deputado por 60 dias, justamente por força de uma atitude do deputado Lício Mauro da Silveira, que oportunizou o rodízio de suplentes. Como primeiro suplente, assumo agora definitivamente uma cadeira nesta Casa.

Quero dizer ao nosso líder, deputado Silvio Dreveck, que dentro das nossas possibilidades tentaremos ser útil ao partido, ao Parlamento e ao estado de Santa Catarina. E faremos isso com lealdade, dedicação e esforço.

Quero dizer também ao deputado Moacir Sopelsa, que neste momento preside a sessão, que nós, do oeste de Santa Catarina, estamos presentes com mais força. Vamos fazer coro para que tenhamos cada vez mais voz e cada vez mais vez, trazendo para este Parlamento, nos próximos 100 dias, as nossas agruras, as nossas necessidades e solicitando mais oportunidades para a nossa região.

Além da tristeza do momento, quero dizer que o sentimento que tenho ao tomar posse não é de alegria, é de responsabilidade. Digo isso porque conhecia bem o deputado Lício Mauro da Silveira.

A vida nos traz surpresas. Há 48 horas não imaginávamos que estaríamos aqui novamente, usando este microfone, este local. Então, aproveito o momento para agradecer a presença da juventude progressista de Seara, para agradecer também a presença do presidente da Federação Catarinense dos Aposentados de Santa Catarina, sr. Iburici Fernandes, e a dos demais amigos que vieram nos prestigiar neste ato.

Quero externar desta tribuna que tanto a atual legislatura que está por terminar, como a próxima, enchem-nos de orgulho, porque o povo catarinense soube bem escolher. De todos os partidos conhecemos a grande maioria dos deputados eleitos e todos eles orgulham esta terra pela postura, pela conduta. Por isso, o Parlamento catarinense orgulha o nosso estado e é exemplo para o país.

Quero parabenizar todos os deputados eleitos, reeleitos, e colocar-me à disposição, sr. presidente, da Casa e à disposição da nossa bancada. Peço também a ajuda de todos nesses próximos 101 dias de mandato.

Agradeço a oportunidade e quero transmitir à população de Seara, ao oeste de Santa Catarina, especialmente, à nossa querida região, que estou aqui com orgulho trazendo todos dentro do peito, dentro do coração. Sinto orgulho em poder aqui representar toda a nossa região, todos os municípios, pois temos, sim, um compromisso muito grande com Santa Catarina. O tempo é escasso, o tempo urge, mas vamos aproveitar minuto a minuto o tempo que nos resta.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado.

Esta Presidência também quer-lhe desejar, deputado Flavio Ragagnin, principalmente este deputado que é da sua região, que v.exa. possa fazer um grande trabalho nesta Casa.

Da mesma forma, deputado Kennedy Nunes, antes de lhe conceder a palavra, quero também, mais uma vez, dizer que é com muito pesar que notamos a falta do deputado Lício Mauro da Silveira. Que Deus dê à sua família muita força para que possa superar a falta, neste momento difícil, do nosso grande líder.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de me pronunciar, e com certeza depois a nossa bancada irá fazer o mesmo, com relação à ausência do deputado Lício Mauro da Silveira. Durante o minuto de silêncio, antes de o deputado Flavio Ragagnin tomar posse, estava lembrando que passei muito tempo sendo vizinho do deputado Lício Mauro da Silveira e que ele, certamente, vai fazer falta.

Gostaria também que a Casa pudesse fazer o registro do falecimento do presidente do Partido Progressista da cidade de Garopaba, no último domingo, sr. Nilo Pacheco. Quero registrar as condolências à família, ao nosso partido, que passa por este momento. Quem está mandando essa notícia é Gean Ricardo, que está acompanhando a sessão pela *internet*.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro, deputado Kennedy Nunes, gostaria que a nossa assessoria comunicasse à família do pesar desta Casa pelo passamento do presidente do PP daquela cidade.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria, como líder do PMDB, de deixar aqui a nossa mensagem de boas-vindas ao companheiro Altair. Queremos também nos reportar ao companheiro Lício Mauro da Silveira, um companheiro que sempre esteve ao nosso lado nas questões que envolviam diálogo e todos os problemas que tivemos referentes a leis nesta Casa. Sempre discutíamos com o deputado Lício, que tinha muita tranquilidade, muita coerência e muita sabedoria. Que Deus o tenha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Antônio Aguiar, só para registrar v.exa. trocou o nome do deputado Flavio Ragagnin pelo nome do deputado Altair.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Desculpe, companheiro Flavio Ragagnin. Seja bem-vindo à nossa Casa. E acho que v.exa. não terá apenas 100 dias por aqui, pois nós iremos até 15 de fevereiro.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, também em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, gostaria de apresentar a nossa solidariedade à família do deputado Lício Mauro da Silveira e ao Partido Progressista. O deputado Lício foi nosso grande companheiro na defesa das empresas públicas, especialmente a Casan e a Celesc. Houve muito diálogo no tempo em que convivemos. Durante as audiências do Orçamento Regionalizado o deputado Lício foi um entusiasta, um coordenador importante, que valorizou esse processo de participação da comunidade. Votamos juntos por muitas afinidades.

Tínhamos um carinho muito especial pelo deputado Lício e queremos deixar a nossa solidariedade, os nossos pêsames. Também queremos saudar o deputado Flavio Ragagnin e desejar-lhe muito sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Esta Presidência também quer registrar com muito prazer e com muita alegria a presença de todos aqueles que acompanham a posse do deputado Flavio Ragagnin, especialmente o Iburici Fernandes, nosso presidente da Federação de Aposentados de Santa Catarina. Sejam todos bem-vindos!

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero aqui também cumprimentar o deputado Flavio Ragagnin, do nosso oeste, da cidade de Seara. Seja bem-vindo a mais essa caminhada!

Registro ainda o nosso sentimento por ter perdido um grande amigo, grande colega parlamentar, deputado Lício Mauro da Silveira, que nos acompanhou durante todo esse período.

Mas quero trazer uma notícia bastante relevante no dia de hoje. O Caged - Cadastro Geral e Empregados e Desempregados -, que mede o índice de emprego no país, mais uma vez registra um dado muito importante: no mês de setembro o país gerou 246,8 mil vagas de emprego formal. Estava previsto pelo próprio ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que iríamos gerar 2,5 milhões de empregos neste ano, e já estamos, no final de setembro, com 2,2 milhões de novos empregos no país.

Então, é o melhor índice de desempenho de geração de emprego da história do Brasil. Com isso, com certeza, muitos e muitos trabalhadores, principalmente esses que conseguiram um emprego com carteira assinada, deputada Professora Odete de Jesus, irão levar o pão para a sua família, irão ter o seu dinheirinho e não precisarão mais depender de programas sociais, pois trabalharão e ganharão o seu dinheiro. Nada mais justo e nada orgulha mais um pai e uma mãe de família do que ter, no final do mês, o seu salário digno para se sustentar.

Este é então um grande momento e Santa Catarina, com certeza, também está crescendo na questão da geração de emprego juntamente com o Brasil, com a melhora do poder aquisitivo do povo, do trabalhador, que vem comprando, comendo, alimentando-se melhor. E já que o nosso estado é um grande produtor de alimentos, com certeza, beneficia-se muito com essa política acertadíssima do governo federal, do presidente Lula.

O segundo registro que quero fazer no dia de hoje é que acompanhando a imprensa, os jornais, as rádios e os roteiros do senador eleito Luiz Henrique da Silveira, pelo estado afora, deputado Kennedy Nunes, chamam-me muito a atenção algumas declarações que parecem estranhas vindas de um ex-governador de Santa Catarina, declarações essas feitas, na minha avaliação, com certo destempero, despropositadas e surrealistas, empregando como estratégia ou até golpe eleitoral o discurso do medo imposto à sociedade catarinense. Ao evocar a ameaça de ditadura civil na continuidade do governo Lula, com a vitória de Dilma, é esse o tom, deputado Jailson Lima, que o ex-governador empregsga, o do medo.

Nós já vimos, na eleição passada, a preocupação que jogavam para a população e as ameaças do medo do golpe militar e outros medos, bobagens que falavam por este Brasil afora e que novamente falam. Estranhamos isso vir de uma figura, de uma liderança com elevado grau de cultura e de saber histórico. Até consideraríamos normal se isso viesse de outras figuras, como o ex-senador Jorge Bornhausen, mas estamos estranhando isso vir do ex-governador e senador eleito Luiz Henrique.

Podemos até concordar com a sua liderança, porque se reelegeu governador, ajudou a eleger o governador do estado, elegeu-se senador, mas discordamos dessa frase, deputado presidente Moacir Sopelsa, porque não é isso que está em jogo.

Nas outras eleições instaurou-se a disputa do medo, impregnou-se o medo nas pessoas da eleição do presidente Lula, mas nada do que foi dito aconteceu. Pelo contrário, a democracia neste país nunca esteve tão no auge como agora, com os meios de comunicação assumindo partidos políticos - e deveriam ser imparciais; com a sociedade mobilizando-se e reivindicando os seus direitos, o que é justo e democrático; com a participação da sociedade nas sugestões sobre o futuro das políticas públicas brasileiras, como acontece principalmente através de conferências estaduais, municipais e nacionais. E este deputado participou de várias conferências.

Então, este Brasil nunca viveu uma experiência de avanço da democracia como está vivendo neste momento. Por isso, de forma alguma concordamos com essas declarações tentando novamente impor medo. Isso é o desespero para tentar impor uma derrota política à candidata Dilma Rousseff em Santa Catarina, a fim de mostrar força. Mas não é desse jeito, é diferente. O debate deve ser em cima de um projeto político de futuro para o Brasil e para Santa Catarina. Como é que vamos resolver os grandes problemas sociais que este estado enfrenta: o problema da saúde, o problema da segurança, o problema da falta de investimento na agricultura familiar e nas microempresas? Este deve ser o grande debate, e aí nós queremos entrar na discussão!

Deputado Antônio Aguiar, respeito muito a história do PMDB. O próprio ex-governador há pouco, em história bem recente, esteve junto com o Partido dos Trabalhadores, junto com o presidente Lula nas grandes lutas pela democracia neste país. Mas neste momento propõe-se a fazer, na nossa avaliação, um jogo de desespero. Não precisa ser assim, de forma alguma. E o próprio partido dele colocou à disposição o seu presidente para ser o candidato a vice na chapa de Dilma Rousseff.

Eu estive, no dia de ontem, visitando várias regiões e pude constatar que as pessoas estão assustadas, deputado Décio Góes. Prefeitos que nunca foram tão bem atendidos pelo governo federal estão assustados com a grande pressão em cima deles. Pela legislação até existe nome quando se usa o cargo para pressionar e ameaçar pessoas, dizendo: "Ah, depois não vai ser atendido, se não votar nesse ou naquele candidato".

Não posso mais me calar. Durante todo o final de semana ouvi na imprensa do estado afora esse tipo de jogo, de baixaria. Não basta o rumo que as eleições brasileiras tomaram. O que está em discussão neste momento nas eleições gerais no Brasil é o que há de pior nos submundos. Chega a ser vergonhoso! Deixou-se de lado o debate das propostas e partiu-se para a baixaria, para os atentados via internet, via todos os tipos de mios. E aí, claro, a sociedade tem que exigir uma forma diferente de tratamento.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nós gostaríamos de dizer que realmente a candidata Dilma Rousseff viveu a época ditadura. Ela tem uma história.

Eu acho que não foi a isso exatamente que o ex-governador Luiz Henrique da Silveira quis-se referir. Ele quis referir-se ao estado de ditadura, não dizendo sobre o momento que viveu a candidata Dilma Rousseff na época da ditadura.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Mas são muito claras, deputado Antônio Aguiar, as declarações do ex-governador, ameaçando que pode haver ditadura civil no nosso país, se a candidata Dilma Rousseff ganhar a eleição. A candidata Dilma Rousseff não fez parte dela. Ela lutou contra a ditadura no Brasil. Outras lideranças saíram do Brasil, mas ela enfrentou, firme, tudo aquilo que muitas lideranças de esquerda passaram em nosso país.

Então, é isto o que eu quero deixar registrado: a minha insatisfação e o meu repúdio por essas afirmações que estão sendo feitas pelo estado afora, num momento tão importante da democracia, quando o povo brasileiro é chamado para escolher os líderes que vão governar o Brasil nos próximos quatro anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado.

Quero registrar a presença do ex-deputado Francisco de Assis, que foi nosso colega na legislatura anterior.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, não poderia deixar de registrar, no dia de hoje, a ausência do nosso grande guerreiro, deputado Lício Mauro da Silveira. Ele deixou uma lacuna não só para o partido, deputado Antônio Aguiar, mas também para este Parlamento e para a sociedade catarinense.

Em nome de todos os colaboradores desta Casa, gostaríamos de agradecer por todos esses anos de convivência com o deputado Lício Mauro da Silveira e dizer da grande contribuição que os servidores deram para o desempenho do nosso deputado. A imprensa desta Casa e a imprensa de todo o estado de Santa Catarina sempre lhe concederam um espaço, registrando as suas obras importantes, não somente obras físicas,

mas obras de um ser humano que contribuiu para a nossa sociedade, deputado Kennedy Nunes.

O deputado Lício Mauro da Silveira sempre foi muito fiel, solidário e nunca deixou de participar e de dar a sua contribuição partidária, respeitando as diretrizes do PP, mas sempre defendendo os seus princípios, tanto ideológicos quanto na sua postura de vida. Além do mais, quero crer que poucos seres humanos tinham a generosidade e a grandeza do deputado Lício Mauro da Silveira. Dava o máximo para o amigo, para a pessoa que mais necessitava.

Ele nasceu na cidade de Joinville, mas veio a Florianópolis para estudar e formou-se na Universidade Federal de Santa Catarina engenheiro mecânico, em 1969. Foi professor de matemática e física, além de exercer outras atividades. Também foi diretor das Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc. Vale registrar que na sua época de diretor é que foi implantada a tarifa social para ajudar as pessoas mais necessitadas. Não podemos esquecer essa grande ação do deputado Lício Mauro da Silveira.

Também foi diretor da Casan, a nossa Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina, outro também deu bom exemplo. Foi deputado estadual por quatro mandatos e ia para o quinto mandato, deputado Kennedy Nunes. Infelizmente, não foi possível, porque o Senhor o chamou para outra missão.

Ao mesmo tempo, gostaria de dizer que Santa Catarina e, em especial, a família do deputado Lício Mauro da Silveira podem ter a certeza de que ao longo dos seus 67 anos, que poderiam ser muito mais, o deputado Lício Mauro da Silveira foi um parlamentar ativo, foi um deputado que não esteve neste planeta apenas para vegetar, mas para contribuir.

Eu vou ler um trecho de uma mensagem que ele deixou ainda nos últimos dias, que é muito interessante.

(Passa a ler.)

"Catarinenses,

Pensei bastante sobre o que deveria escrever e que representasse uma mensagem de amor e de esperança a cada trabalhador deste estado. Então eu me decidi por uma que representa a minha maior preocupação: a dignidade do ser humano.

A teoria da hierarquia das necessidades de Abraham Maslow afirma que uma pessoa não pode progredir na vida se suas necessidades básicas não forem satisfeitas. Uma dessas necessidades é a sensação de integração. Quando não satisfeita, as pessoas se sentem insignificantes e alienadas.

Basta olhar à nossa volta. Os humildes são tratados como se não existissem. As pessoas ignoram os motoristas de ônibus, os manobristas de estacionamentos, os garçons nos restaurantes, os carregadores de malas nos aeroportos. Ignorados são, também, os pobres, os idosos, os deficientes e as minorias, principalmente aquelas que têm empregos mal remunerados.

Gestos simples de gentileza poderiam multiplicar a alegria na vida das pessoas, tais como um olhar, um sorriso, um cumprimento, uma pergunta, um agradecimento.

Todos precisam de todos na vida terrena. Nós nascemos pelas mãos de uma parteira ou de um médico obstetra, somos alimentados pelas mamas de nossa mãe ou de ama de leite, aprendemos a dar os primeiros passos amparados por nossos pais ou por babás, aprendemos a ler e a escrever, a ser sociáveis e a comunicar-nos com os professores, estudamos pelos livros escritos por outras pessoas, aprendemos a falar outras línguas por métodos criados por estudiosos e com a interação com outros pares da sociedade, as nossas casas são limpas por diaristas, são cuidadas por empregadas domésticas, o lixo que produzimos é retirado pelos garis, as nossas roupas são limpas e passadas por lavadeiras e tintureiras, e assim tudo o que fazemos precisamos da interseção de uma outra pessoa.[...]"[sic]

Assim, srs. deputados, era o deputado Lício Mauro da Silveira. Ao mesmo tempo em que deixa esse espaço, obviamente que temos que nos orgulhar do seu exemplo de vida como parlamentar, como cidadão e como homem de bem da sociedade catarinense.

Deputado Flavio Ragagnin, v.exa. assume o seu mandato num momento difícil, mas, ao mesmo tempo, colocou com muita clareza que está aqui assumindo com responsabilidade e com compromisso de cidadão. E nós não temos nenhuma dúvida de que v.exa., mesmo não tendo o perfil do deputado Lício Mauro da Silveira, porque cada ser humano é diferente do outro, tem capacidade porque já demonstrou isso na sua atividade profissional, na sua vida pública, pelos seus 14 anos de prefeito e pelos seus anos de vice-prefeito. Pelo período que passou, de 60 dias, aqui neste Parlamento, pela habilidade política que v.exa. tem e pelo ser humano que é, eu não tenho dúvida de que esta Casa terá um parlamentar exemplar, de boa índole, fiel, responsável. E certamente vai representar a região do oeste e do alto vale do Uruguai com dignidade, com respeito, reivindicando o que é justo e meritório para o seu município e para os municípios que v.exa. representa.

Não tenho dúvida também de que dará a sua contribuição, aqui no Parlamento, em outras atividades inerentes ao papel de um parlamentar, porque v.exa. já deu exemplos assim na vida pública.

Portanto, desejamos as boas-vindas, um bom retorno e muito sucesso na sua atividade no Parlamento catarinense!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, faço minhas as palavras do nosso líder, deputado Silvio Dreveck, com relação ao amigo que todos perdemos. Tive a possibilidade de conviver pelo menos dois anos com o deputado Lício Mauro da Silveira sentado ao meu lado, com suas brincadeiras e suas verdades.

Eu tenho certeza de que, como disse o deputado Silvio Dreveck, o deputado Flavio Ragagnin não fará a substituição porque cada pessoa tem o seu jeito. Mas quero dizer, deputado Flavio Ragagnin, que é um prazer tê-lo preenchendo a cadeira que o amigo Lício Mauro da Silveira deixou ao meu lado.

Eu gostaria de falar sobre outro assunto neste Parlamento, deputado Silvio Dreveck. A cada dia que passa observamos a guerra, muitas vezes desleal, em relação ao consumidor. Nós temos o Código de Defesa do Consumidor, que é uma grande arma que as pessoas estão usando, mas a dificuldade nos municípios é a representatividade desse órgão para que possa tornar-se uma ferramenta que o cidadão possa utilizar.

Hoje de manhã estive conversando com a coordenadora do Procon de Criciúma, deputado Décio Góes, a sra. Nadir Zappelini, que deu uma sugestão fantástica. E vamos começar a levantar essa bandeira aqui.

Pelo Código de Defesa do Consumidor, deputado Genésio Goulart, há necessidade de ser criada a delegacia do consumidor. Lá em Criciúma, por exemplo, as delegacias de polícia não estão mais fazendo boletins de ocorrência, quando é algo relacionado à defesa do consumidor. Isso mostra que precisamos criar, pelo menos nas cidades que têm uma demanda grande, uma delegacia do consumidor, um local em que a pessoa vá lá e não seja só um Procon, mas uma delegacia que tenha poder de polícia, como está no Código de Defesa do Consumidor.

Além disso, é preciso mostrar aos prefeitos das cidades menores que o Procon local é uma grande ferramenta de defesa do cidadão de cada município. O que ocorre hoje, deputado Moacir Sopelsa, é que o prefeito, muitas vezes, não sabe da importância desse órgão, até porque sente na própria carne, pois a reclamação é contra o município.

Não é possível pensar num órgão fiscalizador estando umbilicalmente ligado a alguma entidade ou que tenha algum vínculo com o poder político. O Procon tem que ser independente para fazer a defesa do consumidor, porque nós, deputado Antônio Aguiar, também somos consumidores do poder público. A relação entre cidadão e poder público também é uma relação de consumidor, a de um prestador de serviço com alguém que paga. E nós precisamos entender que os Procons devem, sim, ser independentes. O prefeito inteligente faz com que o Procon seja forte, independente, passando a ser o grande fiscalizador das ações comerciais.

Vamos levantar esse assunto que entendo ser de importância para todos os 293 municípios do estado de Santa Catarina e quero propor isso às comissões técnicas desta Casa, para que possamos fortalecer o papel dos Procons.

Em várias cidades ainda não existe Procon. Então, como o consumidor vai agir ao ter um problema com um prestador de serviço ou com uma loja? E a grande parte das reclamações é com as empresas de telefonia. As empresas de telefonia celular são as campeãs em reclamações. E nas cidades em que não há Procon, como é que o cidadão vai exigir o seu direito garantido pelo Código de Defesa do Consumidor? Como vai ser em Criciúma, por exemplo, deputado Décio Góes, porque agora a delegacia de polícia não aceita mais fazer boletim de ocorrência quando é algo relacionado ao Código de Defesa do Consumidor, pois dizem que isso não é problema de polícia! E é verdade. Isso deveria ser um problema da delegacia do consumidor, conforme está no Código de Defesa do Consumidor.

Então, vamos trazer o assunto e fazer talvez uma audiência pública para que possamos discutir isso com os chefes de gabinete dos prefeitos, com os próprios prefeitos, envolvendo as Câmaras de Vereadores, os CDLs. Um CDL inteligente defende a instalação do Procon, porque o

Código de Defesa do Consumidor é uma garantia para os lojistas e os prestadores de serviço que são bons, organizados e não picaretas.

Então, vamos levantar essa bandeira para garantir a todos os municípios de Santa Catarina a possibilidade de ter um Procon organizado, estabelecido, independente, fortalecido e, principalmente nas cinco maiores cidades de Santa Catarina, de termos a delegacia especializada, que vai dar ao consumidor a garantia do seu direito estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

Na semana que vem estarei também recebendo em meu gabinete uma juíza que vem trazer algo muito importante, um pedido para que possamos criar nesta Casa e neste estado, sr. presidente, o Dia Estadual da Conciliação. Falarei mais sobre isso na semana que vem, porque é importante.

Nós estamos tendo cada vez mais processos, como se fosse uma fábrica de dinheiro. Por qualquer coisa dizem: "Vou te processar por calúnia, difamação". Mas como provar o que é calúnia, difamação, como provar a perda financeira que tive por conta do meu nome ter ido para o Serasa, por exemplo? Aí começa a ficar complicado o processo.

Por isso, entendemos que a conciliação entre as partes é a melhor coisa que pode haver, e para isso estaremos trabalhando junto ao Tribunal de Justiça e ao juizado para instituir o Dia Estadual da Conciliação aqui em Santa Catarina, porque já há o nacional, mas criando no calendário um dia oficial no estado, poderá haver inclusive a semana estadual, para que possamos fazer um grande mutirão no estado de Santa Catarina, através do Tribunal de Justiça, promovendo as conciliações para que os processos não fiquem por tanto tempo se arrastando na Justiça.

Quero, para encerrar, fazer uma saudação especial ao ex-vereador Ademir Vicente Machado, que está aqui. Ele foi meu colega na Câmara de Vereadores de Joinville e hoje está visitando a nossa Casa. Seja bem-vindo, amigo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT, em virtude de uma troca com o PMDB.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria também de saudar o ex-vereador Ademir Vicente machado, que sem dúvida nenhuma é um grande líder na cidade de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Antônio Aguiar, passo a palavra ao deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Quero cumprimentar os deputados presentes e saudar solidariamente a família do deputado Lício Mauro da Silveira, uma figura que qualificava muito o debate nesta Casa.

Como estamos no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, eu gostaria que passassem um vídeo sobre um determinado tema, tendo em vista que esse foi um assunto relevante no primeiro turno da campanha eleitoral e que também está sendo relevante no segundo turno.

Por gentileza, passem o vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Essa matéria é importante, porque vimos que no primeiro turno, deputado Moacir Sopelsa, baixaram o nível da campanha eleitoral ao afirmarem que a nossa candidata a presidente, ex-ministra Dilma Rousseff, e o Partido dos Trabalhadores eram favoráveis ao aborto, criando frases do tipo: "Nem Cristo nos tiraria a eleição", coisa que jamais foi dita.

Foi emitida uma nota, reproduzida agora, que, inclusive, foi desautorizada pela CNBB. Essa nota que foi distribuída em algumas igrejas católicas e evangélicas dizia, em determinada parte, que o Partido dos Trabalhadores se comprometia a legalizar o aborto, que o aborto era um direito da mulher e que a nossa candidata Dilma Rousseff referendava tudo isso.

Essa nota foi distribuída e agora estavam sendo encomendadas mais 20 milhões de cópias para serem distribuídas nessa reta final, deputado Padre Pedro Baldissera. Felizmente se descobriu a tempo. Foi acionado o Tribunal Superior Eleitoral, que mandou a Polícia Federal à gráfica, onde foram apreendidos 2,1 milhões panfletos.

Coincidentemente essa gráfica pertence à sra. Arlete Kobayashi, que é sócia em 59% do empreendimento, pois a outra metade pertence ao irmão dela. O irmão da dona Arlete, sr. Sérgio Kobayashi, é o coordenador de infraestrutura da campanha de José Serra a presidente.

Mais 20 milhões desses panfletos estavam sendo reproduzidos, mas a Polícia Federal apreendeu no domingo e o fato está sendo apurado. A quem interessa dar uma informação tão desconectada da realidade? A quem interessa construir isso? E aí o sr. José Serra vem dizer, como disse na *Folha Online* hoje, que é irrelevante que a gráfica seja tucana.

A CNBB lançou uma nota desautorizando esse panfleto, na data de hoje. Inclusive, dom Nelson Westrupp, presidente do Conselho Episcopal, disse que não sabe de onde saiu o dinheiro para fazer isso, porque as comunidades eclesiais de base normalmente não têm recursos, são entidades que trabalham diuturnamente para manter-se. Ele pessoalmente pede que a Polícia Federal investigue a origem do dinheiro para pagar esses 20 milhões de panfletos.

O mais interessante é que hoje recebi uma ligação de Rio do Sul, dizendo que lá na igreja da rua 15 de Novembro, um pessoal ligado à Renovação Carismática distribuiu esse mesmo material, dizendo, em uma reunião, que as pessoas deveriam votar no Serra, falando a mesma coisa da nossa candidata à Presidência, que nunca disse isso, assim como o meu partido nunca disse isso.

Esse material foi levado para Rio do Sul por um vereador da cidade de Joinville chamado Maurício Fernando Peixer, se não me engano, que coincidentemente é do PSDB e um dos coordenadores dessa distribuição em Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck.

É muita coincidência criar, num momento de segundo turno, uma situação para tentar conturbar o processo eleitoral. Isso, sim, é a ditadura civil da informação equivocada.

Esses dados precisam ser apurados na medida em que vemos essa divulgação, na forma como está sendo feita, a dez dias das eleições. Isso nos leva a uma preocupação relevante, principalmente quando o sr. José Serra diz que é irrelevante que esse material tenha sido feito em uma gráfica tucana e que foi mera coincidência.

Srs. deputados que se encontram nesta Casa hoje, não é só isso. Deputado Silvio Dreveck, há também um DVD que começou a ser distribuído, com imagens de Flávio Arns e Zilda Arns, mostrando uma mensagem da Pastoral da Criança, assinada pelo sr. Serra, utilizando a Pastoral da Criança como elemento de campanha eleitoral. E aí é importante a igreja e os coordenadores da pastoral saberem o que isso representa. Trata-se de utilizar uma instituição para esse fim, assim como fizeram com esse mesmo material na igreja.

Eu tive o privilégio de, ainda neste ano, fazer uma sessão solene sobre as ações da dra. Zilda, em Forquilhinha. Mas aí se usa não a figura da dra. Zilda, mas a figura de milhões de pessoas que ajudaram a salvar vidas, o trabalho voluntário de milhares e milhares de pessoas que acreditam neste Brasil. E não é dessa forma que fazemos política; não é dessa forma que iremos vencer as eleições. Por isso, estamos aí, com Dilma presidente, no dia 31 de outubro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, quero iniciar lamentando, profundamente, a perda do deputado Lício Mauro da Silveira, não apenas pela sua condição de parlamentar, mas pelo homem que foi, sim, pela sua integridade e seriedade. Eu tive o privilégio de compartilhar com ele nos trabalhos da comissão de Educação, onde era assíduo, comparecendo a todas as reuniões, de forma sempre espontânea. Ele sempre foi um dos primeiros a chegar, bem como nas demais reuniões de comissão em que participei com ele.

Fiquei bastante abalado com a perda e quero aqui me associar aos seus pares de bancada, de partido, nos votos de pesar aos seus familiares. O seu convívio vai fazer, e já faz, muita falta nesta Assembléia, bem como a forma, deputado Silvio Dreveck, como ele se portava, o respeito que tinha para com todos os deputados e a seriedade com que tratava todos os assuntos. Ele fazia oposição, sim, mas uma oposição equilibrada, responsável. Ele já está deixando muitas saudades. É um espaço muito difícil de ser ocupado.

Quero também, deputado Antônio Aguiar, nosso líder, deputados da base do governo, comemorar a eleição de Raimundo Colombo já no primeiro turno. Sem dúvida alguma, pela forma como foi conduzida a campanha durante o horário político na televisão, as propostas levadas à comunidade catarinense foram amplamente aprovadas. Mas eu também quero dizer que o mérito da vitória vem já de algum tempo, pelo menos de oito anos atrás, desde quando o governador Luiz Henrique, eleito governador, encaminhou a esta Casa um projeto de reestruturação do Poder Executivo, criando as estruturas descentralizadas, as SDRs. Com certeza, a presença de cada uma das 36 SDRs foi muito importante, porque o estado teve mais

capacidade para investir naquilo que a comunidade esperava, pois a comunidade participou da gestão, deputado Genésio Goulart, opinando. E a comunidade, muito mais do que opinar, decidiu quais obras deveriam ser realizadas em cada um dos 293 municípios.

Quando o conselho foi criado junto com as SDRs, composto por quatro integrantes em cada um dos municípios, portanto, suprapartidário - e a legislação determina que o prefeito seja membro nato, assim como o presidente da Câmara -, teve o intuito de garantir que as decisões fossem democráticas. Há ainda no conselho mais duas pessoas representando a sociedade civil organizada. Portanto, em cada conselho há pessoas destacadas pela comunidade. E esse êxito nos oito anos do governo, que se encerra agora no dia 31, certamente foi um fator determinante para que colhêssemos esse grande resultado.

Claro, existe também o fato de que se reeditou a tríplice aliança. O fato de termos três grandes partidos, PMDB, PSDB, Democratas, o fato de termos tido muitos candidatos, deputado Moacir Sopelsa, lógico que isso também influenciou. Mas se não tivéssemos nós nesse período realizado o trabalho que realizamos, se não tivesse o governador Luiz Henrique da Silveira, nosso líder, deputado Antônio Aguiar, atendido a todas as comunidades, a todos os municípios, com certeza ainda mesmo com a tríplice aliança não teríamos colhido o resultado que colhemos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Quero ouvi-lo com muita alegria, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizar v.exa. por falar sobre a vitória da proposta que a comunidade catarinense escolheu para ser implementada nos próximos quatro anos. E, sem dúvida nenhuma, o atendimento às pessoas é o caminho que Raimundo Colombo, juntamente com o vice-governador eleito, Eduardo Pinho Moreira, irá traçar nos próximos quatro anos de mandato. Eles irão fazer com que as pessoas estejam em primeiro lugar e que sejam verdadeiramente atendidas.

Eu acho que a proposta da área da saúde do governador Raimundo Colombo condiz plenamente com o seu *slogan* de campanha, "as pessoas em primeiro lugar". Espero que nesses quatro anos ele continue o trabalho bonito do ex-governador Luiz Henrique da Silveira e equipe, para que possamos fazer com que a sociedade catarinense seja ouvida e este Parlamento respalde as ações do governo, mas ao mesmo tempo fiscalize as ações, bem como o encaminhamento dos projetos.

Quero dizer ao deputado Valdir Cobalchini que este é o tema atual de Santa Catarina: a grande vitória de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira no primeiro turno.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado ao nosso líder, deputado Antônio Aguiar.

Quero dizer, deputado, que o governador Luiz Henrique da Silveira foi o grande artífice para que não apenas fosse reeditada a tríplice aliança, mas a campanha da forma como se conduziu. Tanto que não tivemos nenhum problema na convivência com os partidos que já estavam conosco. Foi uma eleição absolutamente tranqüila, e o resultado não poderia ser diferente, porque a comunidade demonstrou, com o resultado da eleição, que está satisfeita com a forma como vem sendo desenvolvido o governo em nosso estado.

Quero congratular-me igualmente com os deputados reeleitos, com os novos deputados que vêm para esta Casa, com aqueles que não tiveram êxito, mas que participaram do processo e certamente enriqueceram a dinâmica eleitoral, com os que já contribuíram, e muito, nesta Casa, nos debates, nos projetos que apresentaram nas comissões. E certamente que a Casa vai sentir falta daqueles que não retornam no próximo ano.

Quero ainda dizer que muito embora tenhamos avançado bastante com o processo de descentralização, levando o governo para perto das pessoas, fazendo com que a comunidade decida quais são as obras que devem ser realizadas, ainda precisamos aprimorar esse processo. E uma das áreas, deputado Antônio Aguiar, que precisam ser ainda melhoradas é, sim, a da saúde. Esse foi um fator que, acredito eu, também deva ter influenciado o eleitor no momento do seu voto, proposta do nosso governador eleito, futuro governador Raimundo Colombo. Ele quer fazer com que num raio de no máximo 150km, de 100 a 150km, todos os casos tenham resolutividade, ou seja, que as pessoas possam ser atendidas no âmbito da sua região.

Certamente que essa proposta inovadora, essa iniciativa ousada, fará com que nós tenhamos uma revolução no atendimento à saúde. É verdade que muita coisa foi feita, sim, é verdade, mas, por exemplo, a construção de um hospital regional no extremo oeste de Santa Catarina, em São Miguel d'Oeste, certamente que vai melhorar e muito o atendimento naquela região, assim como os equipamentos que foram adquiridos e colocados em vários estabelecimentos hospitalares. E cito também o caso de Canoinhas e de Porto União.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não, deputado Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. deputado Valdir Cobalchini, saúdo v.exa., saúdo o governador. Tenho acompanhado inúmeras declarações por parte dele, a preocupação que ele tem com relação à saúde, à educação, à segurança, temas tão importantes.

Eu tenho percebido que nesse tempo em que sou médico, 29 anos, nunca vi a saúde estar tão organizada quanto agora. E na medida em que organizam o atendimento médico, devemos tomar cuidado, porque pode estar excluindo as pessoas. Inclusive, ouvi uma declaração do próprio governador sobre uma paciente com câncer de mama.

A característica deste governo com relação ao SUS é justamente a organização, ele está tão organizado que foi dito a essa paciente que daqui a dois anos, aproximadamente, ela seria chamada para operar o câncer de mama que ela tem agora. Ou seja, ela vai ficar tranquila, dormindo em casa, esperando ser operada daqui a dois anos, achando que o seu câncer irá ficar estacionado. Certamente, em dois anos, seríamos chamados para o seu funeral.

Então a regionalização, a gestão municipal - hoje temos 25 gestões autônomas no estado e não uma só, e teria que ser uma, no meu entender -, prejudicaram o atendimento à população.

Nós, lá em Brusque, não sabemos, deputado Dagomar Carneiro, onde fica o limite entre Guabiruba e Brusque. Nós não sabemos onde é o limite entre Botuverá e Brusque, entre Brusque e Nova Trento! O povo não sabe onde é o limite, onde é Nova Trento e onde é Brusque. Mas o SUS sabe. O SUS sabe! E é uma forma de exclusão.

O paciente de Botuverá tem que pedir, de joelhos, para ser atendido em Brusque; paciente de Guabiruba, como disse, não sabemos onde é o limite, nem de joelhos consegue ser atendido em Brusque; pacientes de Gaspar, onde há um hospital moderno, já inaugurado duas vezes, que eu me lembre, pelo governador Luiz Henrique, são operados em São João Batista ou em Nova Trento, com todo respeito, pois sei que lá temos médicos de grande dedicação, mas por que não são operados em Blumenau? Por que não são operados em Gaspar, onde o hospital é melhor?

Então, queremos somente, deputado Valdir Cobalchini, desde já dar um aviso ao governador: criar 36 grandes regiões de hospitais pode ser uma grande forma de exclusão. Hoje, o paciente muda de lugar, falsifica alguma coisa e é capaz de ser atendido, se resolver utilizar-se de alguma mentira.

Então, dependendo de como se organiza a saúde, é capaz de organizar tão bem que chega a ficar pior. O atual governo organizou o SUS de tal maneira que hoje, deputado, 26% de todas as reclamações referem a essa área.

Desculpe-me, deputado, e muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Apenas para concluir, presidente, quero agradecer aos eleitores que de forma muito generosa nos reconduziram a esta Casa certamente porque as bandeiras que defendemos na eleição também influenciaram na decisão. Acredito que mais 62 mil pessoas nos escolheram pela saúde, a construção de um hospital regional na cidade de Caçador e também a presença da Udesc em nossa cidade, pois foram ações que defendemos.

Então, agradeço ao povo catarinense, principalmente ao povo da nossa região, que permitiu que estejamos aqui por mais quatro anos, e certamente vamos trabalhar sempre mais no sentido de honrar cada um dos votos que fizemos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Valdir Cobalchini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, não poderia, de forma alguma, antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, deixar de prestar uma homenagem toda especial ao deputado Lício Mauro da Silveira, de quem tive a honra de ser amigo durante muitos anos; ao deputado Lício Mauro da Silveira que eu conheci ainda como presidente da Casan; ao deputado Lício Mauro da Silveira que foi meu parceiro nesta Casa e que lamentavelmente não conseguiu sua reeleição na legislatura passada, mas que continuou junto a nós por força de uma responsabilidade que lhe foi dada por esta Casa. E agora, que havia ganhado o legítimo direito de ficar por mais quatro anos nesta Casa, através de uma eleição limpa, clara e franciscana, ele acabou deixando-nos de uma maneira bastante triste.

Eu gostaria de me referir ao deputado Lício Mauro da Silveira que conheço há muito tempo. Aprofundei a amizade com ele quando fizemos uma viagem juntos há muitos anos, na época em que o governador era Esperidião

Amin. Nós, antes de assumirmos os compromissos daquela viagem, caminhávamos muito juntos - eu, o referido deputado e o ex-governador Esperidião Amin -, e já naquela época ele tinha problemas de coração. O então governador Esperidião Amin, muito voluntarioso, tinha umas passadas largas e para acompanhá-lo não era fácil, sendo que o deputado Lício Mauro da Silveira, por conta do problema no coração, ficava sempre para trás. Esse problema que o acompanhou durante vários anos acabou, lamentavelmente, tirando-lha a vida.

Quero deixar aqui registrado esse sentimento, essa tristeza por perder esse grande amigo. Aliás, este ano para mim está sendo um ano totalmente atípico, pois tenho perdido grandes amigos.

Durante a campanha perdi Marcos Mannes, vereador de Guaramirim, que estava envolvido comigo na campanha, ajudando-me de todas as maneiras, que acabou saindo do nosso meio também por conta de um ataque cardíaco. Perdi outro amigo, o Djalma José da Conceição, o popular Jamico, vereador de seis mandatos em Araquari, no meio da campanha, que sempre me ajudou e procurou me dar todo o apoio. E agora perdemos o deputado Lício Mauro da Silveira.

Eu espero chegar até o final do ano e não perder mais nenhum amigo, porque acho que já completou a quota. Foram três grandes amigos que eu perdi somente em 2010.

Eu até marquei, por precaução, uma consulta com o cardiologista esta semana, porque não sei se pelo susto que tenho levado de ver amigos indo embora e a eleição deste ano ter sido bastante emocionante, houve uma hora em que, devido à contagem dos meus votos ter dado uma encruada, o meu coração balançou também. Eu via a contagem dos votos do deputado Kennedy Nunes disparando, do deputado Darci de Matos disparando, e como pensei que já haviam sido abertas as urnas de Joinville e os meus votos não haviam saído, o coração balançou.

Então, por conta de todas essas balançadas, resolvi marcar uma consulta com um cardiologista para a semana que vem, para ver se esse velho coração está em ordem, até porque já estou batendo à casa dos 60 e quando chegamos a essa fase é bom dar uma geral para ver como estão as coisas.

Eu quero referir-me agora à regionalização ou à descentralização tão propalada, que tanto se fala no governo que está por terminar como no governo que está por chegar. Eu acho excepcional essa ideia na teoria, mas para mim ela, na prática, deixa muito a desejar, principalmente em relação ao número de SDRs criadas em Santa Catarina. Eu acredito que essa ideia deva prosperar, mas de maneira mais sensata, porque Santa Catarina não comporta 36 secretarias de Desenvolvimento Regional. Não comporta! Temos secretarias que, sinceramente, nem reunião estão fazendo! Devem estar assinando ata de reunião em cima das pernas, porque não há nem razão de ser.

O novo governo de Raimundo Colombo propôs colocar em prática uma gestão pública mais voltada para a técnica, claro que com as indicações políticas, dando ênfase e prioridade à qualidade e à técnica. Eu, de antemão, vislumbro e espero que esse governo que vem aí possa enxugar um pouco essas secretarias e colocar em prática aquilo que todos queremos, que é a verdadeira descentralização, dotando-as, inclusive, de verbas, de condições para efetivamente fazerem aquilo que delas se espera.

Como estão, acho que confunde muito. Há lugares em que as secretarias não precisariam existir. São mais políticas do que técnicas, essa é a grande verdade. Por isso esperamos que o próximo governo, do qual deverei fazer parte, do qual deverei ser parte da base nesta Casa, cobre com veemência mais critério com relação à coisa pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero fazer coro à última parte do discurso do deputado Nilson Gonçalves e dizer que daria para diminuir umas 20 dessas SDRs. Tirando umas 20, sobrariam 16, e seria preciso andar menos de 100km para chegar até a primeira, deputado Kennedy Nunes. Há 36 SDRs, se forem tiradas 20, sobrariam 16 e ninguém precisaria caminhar mais que 100km para chegar à primeira SDR.

Então, se o governo eleito está falando - isso foi divulgado na imprensa - que vai enxugar a máquina, queremos dizer que concordamos, desde que seja no sentido de dar uma enxugada nesse "cabidaço", diminuindo umas 20 SDRs. Eu acho que daí vai sobrar um pouco mais de dinheiro para a saúde, para a educação e para a segurança pública.

Por falar nisso, também foi citado pelo deputado Serafim Venzon o caso de uma senhora que terá de ficar dois anos na fila de espera para fazer uma cirurgia de câncer no estado. Isso não é novidade, pois esses fatos já foram registrados nesta Casa. Mas quero dizer também, para quem não sabe, que o tratamento do câncer em Santa Catarina já é feito por gestão privada há bastante tempo, porque parece que estão querendo emplacar o discurso novamente, é a cantilena dos últimos 20 anos, de que o serviço público não funciona.

Então, é preciso passar para o setor privado, para administrar os serviços? Não, pois esse serviço que trata de pessoas com problema de câncer, como esse daquela senhora que está há dois anos esperando na fila, já é gerenciado por um grupo privado há vários anos em nosso estado. Só para registrar, o Cepon é administrado pela Fundação de Apoio ao Hemosc e ao Cepon. O tratamento de câncer já é privado em Santa Catarina, evidentemente que com o dinheiro público, mas a gestão é privada.

Assim sendo, eu quero registrar e dizer que devemos parar de trabalhar aquela tese de que o que é público não funciona, pois o Cepon é administrado por um grupo privado, com dinheiro público, há muitos anos, no estado de Santa Catarina.

Nesta minha fala quero também registrar a nossa tristeza, deputado Flavio Ragagnin, pelo falecimento do deputado Lício Mauro da Silveira. Nos dois anos que atuamos juntos aqui como deputado eu aprendi a respeitá-lo. Não obstante as diferenças programáticas, ideológicas e partidárias, aprendi a respeitar o nobre deputado nesses dois últimos dois anos, mais do que já respeitava.

Em 2006, quando não foi eleito, ficando de primeiro suplente, e eu fui eleito, ele registrou a sua alegria com a nossa eleição. E eu tive a oportunidade de dizer isso não para retribuir, mas para ser sincero na alegria que tive quando o referido deputado foi eleito nesta eleição de 2010, porque foi um aliado na Assembleia Legislativa na defesa do serviço público. Ele se aprofundava nas questões de educação como professor que era, esteve nas trincheiras junto com os trabalhadores da Celesc contra a privatização no ano passado e nos primeiros seis meses deste ano.

Ele, de forma muito sensata, esteve conversando até mesmo com o ex-presidente da Celesc, dr. Eduardo Pinho Moreira, que era do partido oposto, para estabelecer aliança para defender a Celesc pública. Nós sabemos que a Celesc passou por riscos ao longo deste ano, e o deputado Lício Mauro da Silveira, que já trabalhou naquela empresa, ficou junto conosco e com os trabalhadores celesquianos.

Portanto, quero registrar a nossa tristeza pelo falecimento do deputado Lício Mauro da Silveira. Sem nenhuma intenção acredito, sinceramente, que perdemos um dos melhores deputados desta Casa - e não estou dizendo isso porque faleceu, pois já falava isso antes para ele quando estava vivo e para aliados dele - na última sexta-feira, o que é uma perda também para todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador Mário Miguel, de Rio do Sul, grande representante do Partido dos Trabalhadores e membro da Polícia Civil deste estado.

Desejamos que se sinta bem em nosso recinto.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Queremos apenas registrar a presença, neste Parlamento, dos prefeitos de Passos Maia, sr. Osmar Tozzo, e de Alto Bela Vista, sr. Sérgio Luiz Schmitz.

Quero desejar aos prefeitos boas-vindas e que se sintam em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência, da mesma forma, quer registrar e incluir a presença dos vereadores André Luiz Alves de Jesus, Nerci Maciel dos Santos e de Horst Haake, do querido município de Mirim Doce.

Queremos também cumprimentar todos os prefeitos que aqui estão e as demais pessoas que assistem à nossa sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá encaminhamento conforme o art. 143 e seus parágrafos do Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0583/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0006/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Sociedade dos Escritores de Blumenau - SEB, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0120/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, que altera dispositivos da Lei n. 10.759, de 1998 (peso máximo do material escolar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0525/2010, de autoria do deputado Ronaldo Benedet; 0526/2010, de autoria do deputado Jailson Lima; e 0527/2010, de autoria do deputado André Dadam, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.092/2010 e 1.093/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; e 1.095/2010, de autoria do deputado Reno Caramori.

Requerimento n. 1.096/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Blumenau, pedindo a instalação de lombada eletrônica e de faixas de segurança na rua Johann Ohf, em frente ao n. 1.445.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.070/2010, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador e ao secretário da Infraestrutura, pedindo a instalação de lombada eletrônica na rodovia Ralf Knaesel, SC-416, em frente à Escola Municipal São Roque, localizada no bairro São Roque, no município de Timbó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.071/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Anatel, ao diretor da Claro SC/PR, ao superintendente da TIM, ao diretor regional sul da OI e ao gerente regional da Vivo, pedindo a instalação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel e a ampliação da área de cobertura no distrito de Santa Cruz do Timbó, no município de Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.072/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Claro em Santa Catarina, pedindo a instalação de antenas de telefonia fixa e móvel no bairro Texto Salto, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.073/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Claro em Santa Catarina, pedindo a instalação de telefone público na rua Philipp Bauer, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.087/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Banco do Brasil no estado, pedindo providências administrativas visando à isenção das taxas e tarifas bancárias das contas de pessoas físicas que recebam bolsas de pesquisa, conforme os arts. 170 e 171 da Constituição de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.094/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo a recolocação de lombada eletrônica na rodovia BR-470, entre os kms 57 e 58, no bairro Badenfurt, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0075/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, a ser enviada ao ministro das Comunicações e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a manutenção dos Correios como empresa estatal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0113/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser encaminhado ao presidente do Deinfra e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Caçador, solicitando esclarecimentos acerca de quais empresas responsáveis pela pavimentação asfáltica da SC-455, bem como os custos da obra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0114/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser encaminhado ao presidente do Deinfra e aos secretários de Desenvolvimento Regional de Videira e de Joaçaba, solicitando esclarecimentos acerca de quais empresas responsáveis pela pavimentação asfáltica da SC-463, no trecho Treze Tílias/Bom Sucesso/Iomerê, bem como os custos da obra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0115/2010, de autoria da liderança do PP, a ser encaminhado à diretora superintendente da Cohab em Santa Catarina, solicitando esclarecimentos sobre a situação atual da negociação do terreno matriculado sob o n. R-5-14.004 no Registro de Imóveis de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0116/2010, de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre a data de início da implantação do subsídio vitalício, conforme o art. 195 da Constituição Estadual, em favor do ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Esta Presidência também quer fazer o registro do falecimento do nosso querido amigo, deputado Lício Mauro da Silveira, no último dia 15, data em que comemoramos um ano de implantação da lei das bolsas de estudo que tive o privilégio de mandar para esta Casa, como governador em exercício, e que foi sancionada no Dia do Professor. Fiz questão que fosse aprovada em plenário naquele dia e no último dia 15 comemoramos um ano. Hoje há 3.500 alunos estudando com o auxílio dessas bolsas, que foram apelidadas de "bolsas Jorginho", mas que contam com a impressão digital dos 40 deputados.

Faço o registro do primeiro ano de vida dessa lei para prestar uma homenagem ao nosso amigo e professor, deputado Lício Mauro da Silveira, que faleceu justamente no Dia do Professor. Eu fiz questão de sancionar a lei, quando estava no exercício do cargo de governador do estado, no dia 15, que era o Dia do Professor e que tem tudo a ver com as bolsas de estudo.

O deputado Lício Mauro da Silveira sempre foi uma figura extraordinária e vai deixar muita saudade. Ele era um homem íntegro e parceiro. Votei nele como candidato a deputado federal, quando concorreu pela primeira vez e não se elegeu, eu era funcionário do BESC e ele era funcionário da Celesc. Ele sabia disso! Ele me ajudou muito para ser presidente da Assembleia, porque acreditava em mim, no meu potencial.

Então quero fazer esse registro, deputado Reno Caramori, porque o deputado Lício era uma figura à qual nunca cansaremos de nos referir. Lício Mauro da Silveira era um homem muito extraordinário.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Jorginho Mello, a respeito do meu grande amigo e irmão Lício Mauro da Silveira, irei pronunciar-me numa outra oportunidade.

Quero, neste momento, aproveitar a oportunidade para externar os meus agradecimentos a v.exa., porque depois de um longo e tenebroso inverno vejo a minha indicação aprovada. Ela se refere às bolsas de estudo das instituições de ensino superior em Santa Catarina.

Em 2007, fizemos uma indicação ao então governador Luiz Henrique, que nem resposta nos deu, e v.exa., quando assumiu a governança deste estado, teve o brilho de satisfazer a nossa indicação na sua plenitude. Entendi que o percentual tenha ficado um pouco baixo, mas temos condições de ampliá-lo para beneficiar um número maior de pessoas carentes.

Gostaria de, mais uma vez, cumprimentá-lo por ter atendido à nossa indicação, que realmente é de uma importância muito grande para Santa Catarina e, principalmente, para os nossos alunos carentes.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Obrigado, sr. presidente, ao saudá-lo quero saudar também todos os deputados que se encontram na Casa e da mesma forma também deixar registrado desta tribuna aquilo que já tem sido mencionado por todos que me antecederam, que ocuparam este espaço. Refiro-me à partida do nosso companheiro e amigo deputado Lício Mauro da Silveira.

Manifesto aqui as nossas condolências e ao mesmo tempo também o nosso gesto de solidariedade pela convivência que aqui tivemos durante oito anos NO Parlamento catarinense. Aprendemos muito com a presença do deputado Lício Mauro da Silveira, com o seu jeito e com o seu modo de atuar neste Parlamento, sempre com simplicidade e empenho. Isso é muito bonito, importante e dignifica cada vez mais o Parlamento.

Como este é o primeiro momento, desde as últimas eleições, que ocupo este espaço na tribuna, gostaria de reiterar e ao mesmo tempo reafirmar os meus sinceros agradecimentos à militância que me reconduziu a esta Casa para os próximos quatro anos. Digo a militância porque, deputado Antônio Ceron, v.exa. que me conhece desde o vale do rio do Peixe, de Tangará, a nossa campanha sempre foi modesta, feita voluntariamente por inúmeras lideranças, a grande maioria ligada ao partido, mas muitas lideranças ligadas às propostas que defendemos durante esses oito anos.

Portanto, deixo esse registro de agradecimento à militância que apoiou e defendeu o nosso nome, o nosso projeto e, acima de tudo, a proposta que defendemos como parlamentar catarinense.

Ao mesmo tempo, também quero enaltecer, de uma forma ou de outra, a campanha feita pela nossa candidatura majoritária. E aqui quero destacar a senadora Ideli Salvatti, que não teve o desempenho esperado, desejado, mas que fez uma campanha muito aguerrida, com muita determinação e vontade. Não atingiu o seu objetivo, mas mais uma vez quero aqui enaltecer a forma como conduziu a sua campanha. E teria sido muito digna de, quem sabe, governar o estado de Santa Catarina. Não foi desta vez, diante do processo extremamente democrático que a sociedade vive, mas, quem sabe, num próximo momento poderemos estar lá também e fazer da mesma forma que fazemos em nível nacional, como temos feito, desde 1997, no nosso pequeno município de Guaraciaba como prefeito e que hoje continuamos fazendo ao longo desses 14 anos. Acreditamos que é possível um dia governar o nosso estado, fazer com que o Partido dos Trabalhadores possa fazer parte da história como governo.

Gostaria também de dizer aos nossos parlamentares que sou autor do projeto de lei que desvincula recursos do Fundo Social para a aplicação direta no setor da saúde e da educação. Há uma ação popular que tramita na Justiça obrigando o governo do estado a desvincular 12% dos recursos do Fundo Social para que sejam investidos na saúde e 25% na educação.

Temos muito dinheiro para ser investido nesses dois importantes setores do estado de Santa Catarina, saúde e educação. E sabemos que com a criação do Fundo Social ficam desobrigados os investimentos dos percentuais nos setores que a Constituição estabelece e obriga o governo municipal. E, sendo assim, muito dinheiro deixou de ser investido desde a criação do Fundo. São basicamente R$ 400 milhões que deixaram de ser investidos nesses anos, desde a criação do Fundo Social. Portanto, poderíamos ter muito mais recursos para o atendimento da nossa população na área da saúde e também na área da educação, seja ela em nível de ensino fundamental como também em nível de ensino superior.

O projeto de lei que tramita nesta Casa é exatamente para garantir mais recursos para os dois setores. Seja os 12% que o estado está obrigado a investir na saúde, seja os 25% que o estado é obrigado a investir na educação.

Esperamos que possamos progredir nesse processo e garantir para o cidadão e para a cidadã catarinense a oportunidade de ter mais dinheiro, seja nos diferentes programas de saúde ou nos diferentes programas de educação.

Acreditamos, nós, que existe muita coisa que carece de investimento de recurso público. Portanto, a forma como tem sido construído o Fundo Social, o governo está desobrigado a investir esse montante de recurso nesses dois setores.

Então, há um projeto de lei tramitando nesta Casa que estabelece a desvinculação desses percentuais. Ao mesmo tempo também há uma ação que tramita na Justiça, pedindo para que o governo do estado faça os investimentos que a Constituição do estado de Santa Catarina prescreve, os 12% da saúde e os 25% na educação. Estou fazendo um levantamento, à luz do que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina estabelecer, à luz do parecer, para ver se os percentuais mínimos, principalmente nesses dois setores, estão sendo cumpridos ou não. Sejam eles dentro na saúde ou na educação. Estamos fazendo toda uma revisão e ao mesmo tempo acompanhando a proposta do Orçamento do estado de Santa Catarina para o exercício de 2011. E a partir, certamente, do mês que vem teremos tempo suficiente para fazer uma avaliação à luz de todas as plenárias que foram realizadas no interior do estado de Santa Catarina, levantando as principais prioridades para o exercício de 2011 do governo do estado de Santa Catarina. Dessa forma poderemos contribuir para que, de fato, o Orçamento atenda àquilo que tem sido levantado.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, vou fazer uso da palavra, neste momento, para registrar a realização da 1ª Feira da Habitação e da Construção Civil do Alto Vale do Itajaí, a Habitavi. É uma feira, deputado Décio Góes, v.exa. que é arquiteto, que vai acontecer do dia 22 ao dia 24 de outubro, neste final de semana, reunindo mais de 100 expositores. Será uma feira coordenada pela Caixa Econômica Federal juntamente com a Associação Empresarial de Rio do Sul. Isso mostra o bom momento da economia brasileira.

Foi relatado aqui hoje, pelo deputado Dirceu Dresch, que 240 mil empregos formais, com carteira assinada, foram registrados durante este mês. Isso mostra nitidamente o nível de crescimento deste Brasil, e a construção civil tem sido um elemento importante. Por isso, a cidade de Rio do Sul, juntamente com a Caixa Econômica Federal, está apresentando essa feira, onde estaremos presente representando a Assembleia Legislativa. Estarão lá expositores da construção civil, incorporadoras, imobiliárias, empresas ligadas à construção civil, lojas de

material de construção, lojas de premoldados, materiais elétricos, acabamentos, área de lazer, enfim, todo o segmento da área da construção civil.

Então, parabéns à Caixa Econômica Federal e também ao Banco do Brasil, que também estará presente nessa feira, porque estará se incorporando à execução do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo Lula.

O Banco do Brasil, que até então não tinha atuação específica nesse segmento, vai passar a atuar nessa área, a partir deste ano ainda, fazendo parte da feira de habitação com um *stand*. Isso mostra o caráter da feira.

Gostaria de dizer ao povo catarinense que nos ouve neste momento que em 2002 foram investidos no setor habitacional no Brasil em torno de R$ 2 bilhões. Esses R$ 2 bilhões eram investimentos destinados basicamente a setores de padrão com maior poder aquisitivo, que financiavam um apartamento na beira da praia ou em centros mais urbanos.

Com esses investimentos na área habitacional, fecharemos o ano de 2010 com mais de R$ 50 bilhões investidos em projetos habitacionais, sendo que de forma significativa esses investimentos estão sendo destinados à população de baixa e média renda, prioritariamente para a de baixa renda, incorporando o segmento que não tinha teto de até três salários mínimos, inclusive com subsídio do governo federal, que além de financiar vai subsidiar parte dessa planta de construção. Esse é um governo que faz a diferença.

Essa feira, a Habitavi, no alto vale, vai ocorrer no Centro de Eventos Hermann Purnhagen, diga-se de passagem, centro de eventos que fiz quando fui prefeito da cidade de Rio do Sul e que tem sido hoje uma grande área de exposição de eventos. E essa feira vem mais uma vez também registrar a importância da área habitacional na economia brasileira e na inclusão social.

No PAC 2 estão previstas mais de dois milhões de casas ou apartamentos. E temos ainda o PAC da Habitação Rural, outro programa de incentivo à habitação na área rural, também lançado pelo nosso governo.

Então, ficamos muito felizes com esse evento na região do alto vale e queremos convidar o povo e a população de Santa Catarina para participar dessa feira que terá abertura às 18h do dia 22 de outubro e irá até o dia 24, no próximo final de semana. Além do mais estaremos nesse período percorrendo as regiões do nosso alto vale.

Teremos ainda, na sexta-feira, o lançamento de um livro na cidade de Ibirama, do professor Jocenir. É um livro de poesias que tem um caráter crítico nas suas poesias, pois o professor Josenir foi candidato a vice-prefeito do Partido dos Trabalhadores na cidade de Ibirama.

No mais, queremos conclamar aqui, deputado Moacir Sopelsa, todos os companheiros do PMDB, esse PMDB histórico, de garra, de luta, esse PMDB de Ulysses, para amanhã, deputado Sargento Amauri Soares, aqui na cidade de Florianópolis, recepcionar o grande Michel Temer, candidato a vice da nossa candidata Dilma Rousseff à Presidência da República.

Michel Temer visitará Florianópolis e passará o dia aqui na capital. E, logicamente, quem for analisar o perfil, o histórico, a vida pública, o caráter de construção do Parlamento que teve Michel Temer, que é o vice da nossa presidente, com o do Indio, que é o vice do outro, verá que existem muitas diferenças.

Então, amanhã, nós, do Partido dos Trabalhadores, juntamente, lógico, com as lideranças do PMDB que de fato defendem este partido neste Brasil... Porque não justifica deixar de eleger o vice-presidente do PMDB, que vai ajudar a construir este governo que aí está, para eleger o Indio que não tem nada de cacique. Não que um índio não pudesse, de fato, ser candidato a vice. Mas a historiografia deste também acaba sendo, numa possibilidade de eleição, uma figura que não vai representar bem o nosso país, pelo seu histórico, além da falta de maturidade para a atividade e a responsabilidade que requer o cargo.

Se olharmos o papel preponderante, de maturidade, de posturas críticas, em determinados momentos, de José de Alencar durante o governo Lula, veremos que sempre relevou as ações propositivas na construção de um país solidário, altruísta, de inclusão, de desenvolvimento econômico e social, ou seja, um país para todos.

Então, amanhã faremos, em Florianópolis, a recepção ao Michel Temer. Estaremos lá porque é assim: quem tem bandeira e time não larga a sua bandeira e o seu time, deputado Silvio Dreveck. Ou a pessoa é ou não é. Essa história de ficar em cima do muro não faz parte do Partido dos Trabalhadores.

Em Santa Catarina, sabemos que vamos conduzir essa eleição com a maior maturidade, sem permitir que os panfletos apócrifos que têm saído por aí mudem o contexto da questão eleitoral deste ano no estado e no Brasil.

Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pelo tempo que me contemplou. Gostaria de dar mais um aparte ao deputado Serafim Venzon, porque ele não concluiu a sua intervenção no momento em que ocupou o horário do deputado Valdir Cobalchini aqui nesta tribuna, mas...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon. É verdade, deputado Jailson Lima, agora ele vai poder concluir o aparte que deu ao deputado Valdir Cobalchini.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero inicialmente, cumprimentar, de forma muito carinhosa, toda a família do deputado Lício Mauro da Silveira, uma vez que, na semana passada, ele nos deixou.

Gostaria também de saudar o ex-vereador Morango, de São João do Itaperiú, e o sr. João Antônio Anzini, de 90 anos, conterrâneo do deputado Nilson Gonçalves, lá de Joinville. Antes o sr. João Antônio morava em Terra Nova, perto de Brusque, e agora foi morar em Joinville. Aliás, esta cidade, carinhosamente, recebe pessoas de muitas cidades de Santa Catarina.

Quero, ainda, saudar todos os médicos do nosso estado, que hoje são mais de 15 mil, uma vez que ontem, dia 18 de outubro, foi o Dia do Médico.

Certamente se a saúde, deputado Jailson Lima, está como está não é por culpa dos médicos em si. E, seguramente, na medida em que vão aparecendo novas técnicas diagnósticas e novos medicamentos de tratamento, evidentemente que isso é passado para toda a população. E mesmo com todo o esforço que o governo tem feito nos últimos anos - e vejo aqui o deputado Dado Cherem que foi, até o limite do período eleitoral, secretário da Saúde, e sei do esforço que tem feito para que a saúde, dia a dia, venha a melhorar -, a saúde ainda é a maior queixa dos catarinenses e certamente dos brasileiros.

Ontem, assistindo ao *Jornal Nacional,* pude ver uma reportagem mostrando três pessoas que morreram numa sala de espera de um posto de saúde. Então, onde está essa estrutura que o SUS tanto insiste em dizer que vem melhorando, mas, na verdade, o contentamento das pessoas está cada vez pior?!

No caso de Santa Catarina - e o deputado Dado Cherem pode confirmar isso -, existem 25 cidades que estão em gestão plena - a 26ª é a do estado. Assim, nessas cidades onde a prefeitura possui gestão plena manda o secretário municipal, e o secretário de estado praticamente não possui nenhuma interferência. Tem-se observado que quanto mais se organiza parece que mais fácil fica para excluir as pessoas. Ou seja, mais difícil está para as pessoas terem acesso ao tratamento, seja para fazer o diagnóstico e depois o tratamento ou diretamente o tratamento. Ou seja, a queixa está periodicamente aumentando.

Ontem foi o Dia do Médico. Eu sei que muitos médicos, cada um na sua especialidade, fazem o seu esforço, cumprem a sua obrigação, mas não cabe ao médico em si resolver o grande problema da saúde pública. Isso depende muito de ações políticas. Aí, sim, acredito que esse quadro vai mudar.

Quando é para construir uma ponte, uma estrada, uma escola ou um hospital, ou quando é para vender um aparelho ou alguma coisa para o estado, existe um grande número de pessoas e de empresas interessadas. Toda empresa quer ganhar a concorrência para construir uma ponte, mas isso não se verifica quando é para resolver um problema de doença de um paciente. Aí acontece exatamente o contrário. Por quê? Eu imagino, primeiramente, que seja a questão da gestão.

Como eu disse, quanto às 25 gestões plenas que estão nos municípios, na verdade, deveria ser uma só do estado e todas elas bem engrenadas de tal maneira que o paciente pudesse ser atendido em qualquer lugar. Preferencialmente, que fosse atendido lá na cidade dele, mas que pudesse ser atendido em qualquer lugar.

Hoje, da maneira que está, o cidadão é obrigado a ser atendido e a buscar a autorização de atendimento na cidade dele. Aparentemente parece bom, parece ótimo, parece excelente, mas, na verdade, é uma forma de impedir que ele tenha acesso ao atendimento.

Antes dessa gestão plena, o paciente saía de Blumenau, ia para Joinville e era atendido lá porque ele acreditava naquele médico de lá. Ele tinha um médico que resolvia o problema dele. Antes, ele saía de São Bento do Sul e ia para Joinville, Mafra, Itaiópolis ou para onde ele encontrasse alguém que resolvesse o problema dele. Agora não! Agora ele é obrigado a ir lá naquele determinado serviço. Ele é obrigado a meter a cara lá no prefeito. O secretário da Saúde é que vai dizer para ele qual é o médico que vai atendê-lo. E ele nem sabe quem é o doutor e, muitas vezes, quando chega lá o chamam assim: "Número dois! Número três! Número quatro!" E ele pensa: "Afinal, que número eu sou?!" Então, essa é a relação médico-paciente que existe hoje!

Portanto, eu dizia ao deputado Valdir Cobalchini, e levando a minha preocupação ao governador, que precisamos, sim, organizar de tal maneira que haja em cada região um hospital para poder resolver praticamente todos os problemas da população. A uma hora da casa do paciente haverá um hospital. Só que, se criarmos a lei em que ele é obrigado a ir lá naquele hospital, aí nós tiraremos a chance dele, porque é muito provável que esse esforço que o governador vai fazer, em vez de ser uma forma de ajudar o paciente, vai ser um limitador. Ou seja, o estado inteiro fica proibido de atendê-lo, e ele vai ser obrigado a ir lá naquele hospital, como está sendo agora na questão da municipalização da Saúde.

Quando alguém projetou a municipalização, achou que era boa e que iria resolver o problema do paciente, mas, na verdade, houve, sim, uma grande limitação. Agora o paciente é obrigado a ir lá e, se não passar por lá, vai ter que meter a mão no bolso. Aí, sim, com dinheiro no bolso, ele procura atendimento onde quiser. Se ele tem um plano de saúde, Unimed ou outro plano de saúde, procura o médico que ele quiser e paga. Infelizmente, é assim para a grande maioria.

Então, o serviço de saúde precisa passar por um grande processo de gestão. Sei que os médicos - e cumprimento todos os médicos pela passagem do seu dia - poderão dar uma grande colaboração, primeiramente dando sugestões ao governador para que seja montada uma forma de gestão. E não se resolve apenas pagando melhor a classe de enfermagem, que precisa, ou pagando melhor o médico, que também precisa, pois, muito mais do que pagar melhor, precisa-se buscar uma forma dinâmica de gerenciamento de saúde e permitir que se volte ao relacionamento médico-paciente.

A relação médico-paciente é uma questão de fé, de acreditar. Se o doente não acredita e não bota fé no médico que está na sua frente, não adianta que ele não vai curar o paciente. E o doente também não vai deixar cortarem a sua barriga só porque alguém o mandou lá. Ele tem que acreditar no médico. Ou seja, nós temos que buscar uma forma de recuperar o relacionamento médico-paciente. O paciente procura um médico em que ele acredita e confie. E, por sua vez, o médico que está na sua frente vê ali um paciente que acredita nele, que tem fé que ele vai poder curar a doença dele. E daí, sim, vamos conseguir melhorar os índices de descontentamento em relação à saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon. Parece-me que agora v.exa. concluiu toda a sua linha de raciocínio. Parabéns, companheiro Serafim Venzon!

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Décio Góes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, deputados presentes, público que nos visita, a minha saudação!

Inicialmente, quero fazer um agradecimento com relação ao último pleito eleitoral, no qual obtive 21.056 votos, votos estes que não foram suficientes para que eu me reelegesse e continuasse nesta Casa representando o povo catarinense. Contudo, foram 21.056 votos dos quais eu tenho muito orgulho, porque sei da forma séria, honesta e limpa com que foram conseguidos.

Sei que as pessoas que acompanharam o meu mandato fizeram uma avaliação crítica e compareceram às diversas formas de participação que colocamos à disposição para fazer uma interação seja através das nossas plenárias regionais, seja por meio da nossa rede *e-mails,* da nossa rede de boletins. Enfim, criamos várias formas de participação e houve muita interatividade durante esse período.

Foi uma campanha simples, franciscana, muito sincera e honesta, feita com muito carinho e dedicação, tentando fugir do modelo utilizado no primeiro turno, que está-se repetindo no segundo, que é discutir questões pessoais. Foi uma campanha difícil, uma campanha de discutir as questões que não são de relevância de um projeto nacional, questões mais particulares, levando o debate para o lado pessoal.

Fizemos um debate propositivo, deputado Reno Caramori, discutindo o futuro de Santa Catarina, a infraestrutura necessária para o nosso desenvolvimento sustentável. Foi dessa forma que nos apresentamos para a sociedade. Não entramos no debate da forma como chegou no segundo turno, de futricas, de fofocas, de difamação, que obrigou, inclusive, a campanha de Dilma Rousseff, no nosso caso, a criar uma central telefônica antiboatos**,** a criar um *e-mail* para responder os boatos disseminados, as versões que incorretas e combatê-las. Inclusive, agora existe até um *telemarketing* para ligar para as pessoas e difamar a nossa candidata. Isso não é o nível da campanha que queremos e não é o nível correto para o Brasil. O nosso país não merece esse tipo de campanha. Nós merecemos discutir com seriedade o nosso futuro e o futuro dos nossos filhos e netos.

Mas quero aproveitar este espaço para agradecer, de forma muito carinhosa, esses 21.056 votos que me deixam na terceira suplência na próxima legislatura. Vou procurar colaborar com a sociedade de outras maneiras, através da minha experiência de prefeito de Criciúma e de deputado estadual. Então, vou continuar colaborando para a melhoria da sociedade de uma forma e de outra.

Voltando à nossa realidade, deputado Sargento Amauri Soares, da Assembleia Legislativa, quero dizer que estranhei muito que tenha entrado na Casa o projeto do Orçamento de 2011 e que não se tenha promovido ainda nenhum debate sobre ele.

Como amanhã haverá uma reunião da comissão de Finanças e Tributação, gostaria de pedir ao presidente em exercício, deputado Darci de Matos, que esclareça isso, porque o deputado Marcos Vieira, que está de licença, avocou para si a relatoria de projeto do Orçamento do ano que vem, deputado Reno Caramori - e não sei se v.exa. sabe disso -, que deveria ocorrer no dia 15 de outubro, período em que ainda estará de licença.

Então, é necessário esclarecer isso e colocar imediatamente esse projeto em tramitação. É preciso saber se o novo governador do estado realmente quer colocar as pessoas em primeiro lugar. Assim sendo, acho que será preciso rever a proposta orçamentária do estado.

O deputado Antônio Ceron coordenou a campanha do futuro governador Raimundo Colombo. Quero, então, dizer-lhe que acho necessário rever isso, porque as questões que colocam as pessoas em primeiro lugar receberam valores ínfimos, desprezíveis nesse Orçamento.

No combate à pobreza há apenas R$ 1,7 milhão; para o Fundo Estadual de Artesanato, que precisamos regulamentar, estruturar e melhorar a comercialização dos produtos, há apenas R$ 729 mil; para a assistência social, a infância e a adolescência há pouco mais de R$ 6 milhões, uma quantia irrisória; para os serviços ambientais e proteção ao meio ambiente há R$ 8 milhões. Por outro lado, para as isenções fiscais e outros benefícios destinados ao grande capital há cerca de R$ 45 milhões.

E pasmem, srs. deputados: para a sanidade animal, deputado Sargento Amauri Soares, e o estado tem a tarefa de deixar os animais livres da febre aftosa e de várias outras doenças, há apenas R$ 699 mil.

No Orçamento Regionalizado há valores simbólicos que não condizem com a realidade detectada em várias regiões. Enquanto isso, para a manutenção das SDRs há R$ 560 milhões orçados.

Já para a Defesa Civil, porque o estado está sujeito a desastres, enchentes, furacões, como assistimos no ano passado e neste ano, há apenas R$ 6,5 milhões. Em 2008, só a população doou ao estado mais de R$ 30 milhões. Inclusive, aprovamos nesta Casa lei complementar que destina 1% da arrecadação do estado para erradicar a falta de habitação. Isso, a nosso ver, daria um volume de recursos da ordem de R$ 100 milhões, que seriam destinados a parcerias com as prefeituras. No entanto, o Orçamento prevê tão-somente R$ 10 mil, que é um valor para lá de simbólico, ou seja, nem como simbólico serve esse valor.

Então, faço um apelo ao presidente da comissão de Finanças, deputado Darci de Matos, a fim de que dê andamento à tramitação desse projeto para que possamos fazer o debate democrático. E chamo a atenção do futuro governador porque esse Orçamento não coloca as pessoas em primeiro lugar. Portanto, é preciso que o revisemos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Inscrito para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores da Casa e demais pessoas que nos acompanham na sessão desta tarde.

Quero falar de segurança pública, que é meu metiê, a minha profissão, que tem sido a preocupação, o debate principal ao longo deste mandato que está terminando e continuará sendo por certo no mandato que se inicia, assim como também me preocupo com o conjunto do serviço público, a quantidade e a qualidade do serviço público que se presta à sociedade catarinense; com os pequenos agricultores; com os autônomos; com as bases em geral da sociedade catarinense, a educação em todos os níveis e, evidentemente, a saúde, um tema tratado bastante na tarde de hoje.

Mas quero falar de segurança pública porque, enfim, a imprensa ou a chamada grande imprensa começou a falar do assunto, pois descobriu agora, depois da eleição, que a segurança pública em Santa Catarina está muito ruim.

Nós temos falado sobre isso há três anos. Desde meados de 2007 estamos falando desta tribuna que a segurança pública no estado de Santa Catarina havia recomeçado a piorar. Isso foi lá, naquele inverno de 2007, portanto, há mais de três anos.

Todo mundo está falando sobre o assunto depois da eleição, depois que todo mundo foi eleito, outros não. Então, colocam isso na pauta e dizem que está uma barbaridade a onda de assaltos, de furtos, o uso e o tráfico de drogas. Mas isso vem acontecendo de forma gradativa e está cada vez mais grave há três anos.

Nós temos falado sobre isso, mas os nossos pronunciamentos batem no vazio da atenção por parte da grande imprensa, dos poderes constituídos, dos dirigentes políticos, especialmente dos que governaram o estado de Santa Catarina nos últimos três anos.

Mas ainda bem que agora se fala. Antes parecia que éramos os fora da realidade, porque estávamos falando que havia problemas na segurança pública. O discurso oficial era que tudo estava melhorando, ou será que estou enganado novamente? O discurso oficial, até algumas semanas atrás, não era que tudo estava melhorando na segurança pública? As estatísticas sempre diziam que estava melhorando e que iria melhorar muito mais. Agora se constata o óbvio, ou seja, que está piorando.

Agora, também não se trata de encontrar bodes expiatórios, porque existem setores interessados em encontrar bodes expiatórios. O problema seriam os policiais que trabalham nas casas militares dos poderes ou o problema seriam os policiais que trabalham na banda de música, como se algumas dezenas de policiais fossem resolver os graves problemas da segurança pública deste estado.

É tarefa constitucional da Polícia Militar atender, em termos de segurança, aos poderes constituídos, inclusive fazer a segurança dos chefes dos poderes. Isso está lá escrito.

O que falta no estado de Santa Catarina são cinco mil policiais militares! Com mais 2.000 bombeiros militares, mais 2.000 policiais civis, talvez mais uns 500 agentes penitenciários, além dos que foram contratados nos últimos anos, outros 500 técnicos no Instituto Geral de Perícia, chegar-se-ia a um número de 10 mil servidores na Segurança Pública. E é mais ou menos isso que falta para voltarmos à situação de normalidade, de estabilidade social que tínhamos na década de 80. Então, é isso que precisa ser falado.

Faz 20 anos que é moda neste país e neste estado também restringir o serviço público, diminuir o nível de contratação, o que provoca, naturalmente, o envelhecimento no serviço público, e cada vez numa velocidade maior. Os servidores passam para a aposentadoria - e acontece nas diversas áreas do serviço público: Saúde, Educação, etc. - numa velocidade maior do que acontecem as contratações.

Essa é a realidade, e aí há aqueles que continuam encantados com o discurso enganoso de que é preciso parar de investir no serviço público. Ficam procurando um bode expiatório e não falam do problema tal qual ele é.

Mas onde que vamos achar recursos? Pois existem muitos lugares para achar recursos, nos juros pagos aos banqueiros no Brasil inteiro é um deles. Metade do PIB nacional vai para juros e pagamento da dívida. Isso poderia estar sendo redistribuído para a segurança, a educação e a saúde nos estados.

Neste estado, para trazer uma questão doméstica, e já falei isso no pronunciamento anterior, há 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, as SDRs. Eu sempre concordei e elogiei a descentralização, mas ninguém precisa deslocar-se mais de 100km para chegar a uma SDR se forem eliminadas umas 20 e ficarem somente 16, aliás nem chega a 100km. Com certeza, esse é um recurso que poderia estar sendo muito bem empregado na segurança pública, na saúde e na educação.

Estudiosos ou pretensos estudiosos no assunto de segurança pública dizem, e as autoridades estão dizendo nas instituições, que é muito simplório falar que precisa efetivo. É uma solução fácil. Ora, sabemos muito bem que o problema não é exclusivamente efetivo, falta de pessoal. Mas se não houver o policial à disposição da sociedade, não haverá como resolver a situação. Se não houver policial para patrulhar as ruas dos bairros, não haverá como resolver o problema de segurança nas pequenas e grandes cidades. As barbáries sociais têm-se aprofundado e expandido no estado de Santa Catarina, inclusive nas cidades pequenas, no interior, nas áreas rurais catarinenses. Isso porque os malandros sabem que só há um policial por dia na maioria das cidades do estado.

É preciso, portanto, de efetivo, sim. Mas é possível fazer bastante coisa com o efetivo que existe. Trata-se de valorizar o policial existente, que está na ativa hoje. E os especialistas que falam e dão entrevista ficam num rodeio sem fim, mas não dizem o essencial. Além da falta de efetivo, é necessário valorizar os policiais, os bombeiros, os agentes penitenciários que existem hoje, e isso passa pela questão salarial, pelo respeito, pela não-discriminação salarial. Trata-se de cumprir e fazer cumprir o plano de carreira para criar expectativa de mobilidade funcional para os dez, 12, 13 mil policiais e bombeiros militares existentes no estado de Santa Catarina e trata-se de respeitar o ser humano que dedica a vida para fazer a segurança da sociedade. Isso precisa ser tratado de forma diferente nos próximos meses e nos próximos anos, se efetivamente quisermos melhorar a segurança pública neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, cumprimentado as taquígrafas, os funcionários da Casa, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e o seu grupo de trabalho, queremos prestar uma singela homenagem ao saudoso Lício Mauro Ferreira da Silveira, que nos deixou há poucos dias, mas tenho certeza de que a saudade ficará nos catarinenses, principalmente nos pares desta Casa e seus familiares.

Por isso, passo a ler um poema acróstico que nos foi encaminhado por um grande amigo do Lício e que é funcionário desta Casa, o Raul. É um poema muito bonito e retrata, sr. presidente e srs. deputados, a realidade da vivência do Lício.

(Passa a ler.)

"Acróstico

Luz que brilha e exala eterna emoção.

Ímpar na busca do amor e do bem.

Cresceu Lício com puro coração

Instaurando fé em seus pares também

Onde viver é ter educação.

Meio à presença do arquiteto Deus,

A sua, embebida na dos atores,

Une esperança sob olhos ateus

Rompendo barreiras de dissabores

Ou mesmo na distância com adeus.

Fez-se sol. Fez-se chuva. Então, a paz.

Era uma vida em prol da humanidade,

Revestida de simples e eficaz

Romaria envolta da eternidade.

Eis o lema de um guerreiro e grande homem:

Instaurar trabalho em benevolência,

Restaurar lealdade ante os que somem

Antes mesmo da eterna paciência.

Durante seu tempo, mesmo aqui, encerra

A existência de um para outro na terra.

Sapiência, atributo de um rei.

Iminência, vida que há de surgir.

Lavrar palavras que juntas são lei

Verbaliza nova era de existir.

Educação é crescer sempre junto,

Inda que o planeta tenha algum vício.

Resta observar e crer em seu conjunto

Antes que se perca o seu nome, Lício!"[sic]

É realmente, sr. presidente e srs. deputados, com emoção que lamentamos a falta desse grande parlamentar, porque sempre, mesmo enquanto fazíamos o trabalho responsável de parlamentar, encontrávamos um tempo para as brincadeiras, para disfarçar, muitas vezes, a angústia de não poder atender a todos como gostaríamos. E disfarçávamos, muitas vezes, buscando o subterfúgio das brincadeiras sadias e até construtivas.

Antes mesmo de o Lício procurar o descanso num SPA, em Curitiba, nós brincávamos na reunião da bancada do PP, juntamente com o presidente desta Casa, que nos fez uma visita de cortesia. Nós conversávamos com o Lício e até pedíamos que ele buscasse recursos para que a sua saúde tivesse o acompanhamento necessário e eficaz. Eu brincava com ele dizendo que o nosso compromisso, deputado Valmir Comin, era a partir de fevereiro, o nosso embate seria a partir de fevereiro, eu como suplente do amigo Lício.

Mas lamentavelmente ele antecipou a minha investidura. Contudo, esse é o destino de cada ser humano, apesar de acharmos a sua ida prematura, sim, pois tinha somente 67 anos, toda uma vida pela frente e compromissos assumidos com o eleitor catarinense.

Mas tenha certeza, Lício, de que os teus eleitores e os teus amigos deverão, por força da nossa fé, perdoar-te por ter-nos abandonado ainda tão jovem. Onde tu te encontras tenho certeza de que, com a permissão do nosso Grande Mestre, terás a oportunidade de acompanhar os trabalhos dos teus colegas nesta Casa. Tenho certeza também de que estarás olhando pela tua família e pelos teus amigos.

É duro, mas é a realidade. A emoção toma conta de nós, mas não nos cala. Toda vez que perdemos um amigo, toda vez que perdemos alguém que nos deixa saudades, temos a obrigação de levar o seu nome para a eternidade.

Espero que não nos esqueçamos rapidamente, eis que é comum no ser humano o esquecimento, já que o tempo vai apagando as lembranças. Mas tenha certeza, Lício, de que o teu nome vai estar indelevelmente gravado nas nossas memórias.

Adeus, Lício. E que Deus o tenha.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência comunica que, de acordo com o art. 10 do Regimento Interno, são as seguintes as matérias destinadas à pauta da Ordem do Dia da 90ª Sessão Ordinária, do dia 20/10/2010:

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da MP n. 0184/2010;

Ato da Mesa n. 0073/2010;

Discussão e votação em turno único dos PL n.s: 0002/2010; 0134/2010; 0166/2010; 0271/2010 e 0282/2010.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2010
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: André Dadam - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Avalia alguns números relativos ao resultado da eleição; analisa o movimento portuário catarinense em 2010.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Comenta alguns projetos de lei de sua autoria aprovados pela Casa e vetados pelo governador.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Alerta para a importância da duplicação da BR-280 em função do porto de São Francisco do Sul; reporta-se às divergências entre bombeiros voluntários e militares e à falta de ambulância em Barra do Sul.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Manifesta-se favorável à resolução dos conflitos entre bombeiro militares, voluntários e comunitários.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa o quadro da segurança pública e a rivalidade entre as várias corporações de bombeiros.

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Registra a presença do prefeito de Itá.

DEPUTADO DADO CHEREM - Reclama da falta de prioridade para a saúde pública.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre a Guerra do Contestado e pede desenvolvimento para o planalto norte.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Anuncia visita do governador eleito a Araranguá; fala da sula luta pelo desenvolvimento do sul do estado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comunica novos encaminhamentos acerca da Ferrovia da Integração.

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN (aparte) - solidariza-se com o deputado Pedro Uczai na luta pela construção da Ferrovia da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero cumprimentar, nesta semana, de forma muito carinhosa todos os professores da rede estadual, da rede particular, enfim, todos os professores de Santa Catarina que acompanham esta sessão, pois no próximo dia 15 de outubro é o Dia do Professor, data muito importante, pois seguramente a nossa segunda casa é a escola, é ali que se complementa a formação dos nossos filhos.

Assim, além de dar os nossos parabéns pela sua atividade, queremos expressar principalmente o nosso muito obrigado pela colaboração que todos os professores abnegadamente têm dado para a formação das próximas gerações. Então, deixo o registro do Dia dos Professores e minha saudação especial a todos os mestres!

Quero cumprimentar Viviane Cataly Crippa e Pedro Luiz Sidral, que acompanham esta sessão; saudamos ainda Rodrigo Nunes de Oliveira e Rafaela Samara Silva, que também estão nas galerias desta Casa acompanhando os trabalhos legislativos.

Quero ainda saudar todos os catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL e colocar aqui, inicialmente, uns números que nos chamaram a atenção, ao menos os números maiores, com relação ao resultado da eleição.

Cada deputado já se manifestou aqui fazendo o seu agradecimento e eu também já o fiz, lembrando os mais de 35 mil eleitores que me colocaram como seu representante na Assembléia Legislativa.

O PSDB - e vejo aqui o deputado Nilson Gonçalves, um dos deputados mais votados da nossa legenda - obteve, considerando os votos nominais e os da legenda, 503.341 votos, um pouco mais do que fez na eleição há quatro anos, ou seja, crescemos um pouco considerando que na outra eleição obtivemos quase 500 mil e agora passamos de 500 mil.

Quero lembrar que esses 503 mil votos, caso não estivéssemos coligados com o DEM, com o PMDB e com outros partidos, teriam elegido seis deputados, como elegemos o deputado Dado Cherem, o mais votado, com mais de 57 mil; o deputado Gilmar Knaesel, o deputado Nilson Gonçalves, o deputado Marcos Vieira, este deputado e o Dóia, que vem pela primeira vez para esta Casa. Esses foram os deputados que elegemos dentro da coligação, porém se fosse isoladamente também teríamos elegido no mínimo seis deputados. E ainda lembrando que o primeiro suplente da grande coligação também é do PSDB, justamente o ex-chefe da Polícia Civil.

Lembramos ainda que o partido mais votado foi o PMDB, com 771.361 votos; o segundo, o PT, com 554.198; o terceiro, o DEM, com 542.574; o quarto, o PSDB, com 503 mil, e o quinto, o PP, com 485.243, o que totaliza 4.536.718 eleitores que se distribuíram entre os muitos candidatos que tivemos. Esses foram os partidos que obtiveram a maior expressão em termos de votos.

Mas queria, no meu pronunciamento, como presidente da Frente Parlamentar Portuária de Santa Catarina, referir-me aos nossos seis portos: Itapoá, em São Francisco do Sul, e Itajaí, Navegantes, Imbituba e Laguna. Esses portos empregam um grande contingente de pessoas e também promovem uma grande movimentação financeira.

Houve, especificamente no ano de 2010, um crescimento muito grande, tanto de exportações quanto de importações. Os nossos portos são instrumentos de entrada e saída de mercadorias de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso. A movimentação financeira, por exemplo, no porto de São Francisco do Sul, conforme matéria publicada hoje no *Diário Catarinense,* teve um incremento de 72% nas operações de importação. Esse detalhe é muito importante porque a importação cresceu muito, mas houve muita entrada de matéria-prima, o que ampliou muito a oferta de emprego em diversos setores, como a área metal-mecânica e a área têxtil, por exemplo. Já na área das exportações, o crescimento foi de 7,7%, totalizando uma variação de movimentação de 25,2% nas suas operações, calculando a média de exportação e importação.

No complexo portuário de Itajaí, que tem o porto público, o porto de Itajaí em si, cuja administração foi municipalizada, e o porto de Navegantes, houve um incremento nas importações de 125,71% e de 61,73% nas exportações, totalizando, em média, um aumento de movimentação de 87,8%, considerando as exportações e as importações.

Então, o complexo portuário de Itajaí, a foz do rio Itajaí, na verdade, foi muito prejudicada com a enchente de 2008, e depois ainda foi mais agravada pela crise de 2009, aquela crise econômica mundial. Então, naturalmente houve uma diminuição muito grande, que mexeu na economia de Itajaí e certamente de Santa Catarina, e esse incremento vem empolgando toda região, toda foz do rio Itajaí, dado esse aumento, tanto das importações quanto das exportações. E o Porto de Imbituba, para encerrar, aumentou em 10% as suas importações, e em 28% as exportações.

Quero cumprimentar os diretores, tendo em vista a atividade portuária de exportação e importação, que tem auxiliado muito o desenvolvimento de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, aproveito o espaço nesta tribuna, na tarde de hoje, exatamente para comentar um pouco sobre alguns projetos de lei que foram aprovados por esta Casa, de minha autoria, e que infelizmente o governo do estado vetou.

Entre eles, quero destacar o Projeto de Lei n. 0036/2010, aprovado por unanimidade por esta Casa, que recebeu veto total do governo do estado, porque carrega a palavra "programa". O projeto se refere à criação de uma política estadual de formação de bancos comunitários de sementes e de mudas.

Lamento, porque encaminhei a esta Casa, em 2004, um projeto de lei que discutia um programa de compensação ou de pagamento às famílias que historicamente haviam tido qualquer ação de preservação ambiental ou qualquer ação de implantação de programas de preservação ambiental. Naquela época esse projeto não foi visto como um projeto estratégico de desenvolvimento, como um projeto estratégico de preservação ambiental, como projeto de lei que garantiria renda para o agricultor familiar, evitando, dessa forma, o êxodo rural. Seria uma forma de gerar renda e de garantir, automaticamente, a continuidade da nossa agricultura familiar e de possibilitar a permanência do jovem na atividade, com uma melhor qualidade de vida. Esse projeto de lei de minha autoria tinha, pois, uma visão estratégica para o futuro.

Da mesma forma, na mesma direção e na mesma linha está colocado o projeto que cria os bancos comunitários de sementes e de mudas: um pensar estratégico de futuro da sociedade catarinense e brasileira.

É preciso que o governo pense na questão da sustentabilidade. O governo não pode pensar no imediatismo, mas tem que pensar e olhar estrategicamente o futuro da nossa sociedade, principalmente no momento em que percebemos o avanço da transgenia, que compromete e muda os genes. Ao mesmo tempo, pode colocar um obstáculo, quem sabe, daqui a 20, 30, 40 anos, se fizermos uma busca às diferentes espécies, seja de sementes ou de mudas, no sentido de não podermos mais encontrá-las.

Eu lembro que a própria Embrapa mantém mais de 150 mil espécies de mudas. Assim sendo, precisamos garantir esse processo, e uma forma de fazer isso é colocar o controle na mão das pequenas comunidades, dos pequenos grupos, para que lá possam preservar e garantir as espécies para o futuro que, percebemos, está ameaçado, pois quando pensamos na questão da diversidade, quando pensamos em políticas de sustentabilidade e de viabilidade do futuro da nossa agricultura, temos que pensar também na preservação.

Eu espero que em conjunto com todos os parlamentares das diferentes bancadas com assento nesta Casa possamos derrubar o veto do governo, até para garantir a existência dessas espécies, sejam sementes ou mudas. Isso é um patrimônio e todo patrimônio tem que ser preservado; são um patrimônio da humanidade as sementes e as mudas. Se nós perdemos essas espécies, vamos perder parte da história e da vida da nossa sociedade.

Então, temos esse grande desafio e por isso conclamo os parlamentares a, juntos, derrubarmos esse veto, a fim de que essas espécies de mudas sejam garantidas no futuro, assegurando, assim, o futuro da humanidade.

Alguns estados já adotaram esse processo de preservação das espécies, e não é por causa do programa. E se for também do entendimento do próprio Executivo, ficaremos no aguardo de que o próprio governo do estado, se achar que é prerrogativa daquele poder, encaminhe isso, pois estaremos aqui defendendo o projeto, como defendemos também o projeto de lei que trata do pagamento por serviços ambientais, que foi uma iniciativa minha em 2004 e que, felizmente, o governo, depois de vários debates, encaminhou a esta Casa.

Então, se for do entendimento do Executivo, nós estaremos juntos para fazer também a defesa desse projeto de lei e garantir a sua aprovação em plenário, para que possa estar ao alcance da sociedade catarinense a criação de bancos comunitários de mudas e sementes. É um projeto extremamente importante, que vai garantir o presente e o futuro. Por isso precisamos de amparo legal, e a melhor forma de obtê-lo é através das pequenas comunidades.

Deixo aqui o meu agradecimento, sr. presidente, e na próxima oportunidade tratarei de outro veto do governo, bem como trarei novas discussões relacionadas à agricultura familiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Padre Pedro Baldissera, pela primeira vez vejo v.exa. defendendo um banco. Graças a Deus é um banco de mudas e sementes.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, há pouco o colega Serafim Venzon fazia um comentário na tribuna sobre a *performance* do porto de São Francisco do Sul. Realmente, de 2009 para 2010 houve 72% de incremento nas importações, especialmente de matéria-prima, sem contar outra série de atividades desenvolvidas naquele porto que hoje, sem dúvida alguma, é um orgulho para todos nós.

Ao mesmo tempo, é motivo de muita preocupação para todos nós, porque o aumento das atividades no porto significa também o aumento do tráfego na BR-280, que dá acesso ao porto de São Francisco do Sul. Aquela rodovia está há muito tempo com sua capacidade esgotada, e não é de hoje que se fala na sua duplicação. E cada vez que fazemos a pergunta por escrito nesta Casa ou pessoalmente a alguma autoridade, em Brasília, temos sempre a resposta de vai sair, está saindo, agora vai, dessa vez começa. A verdade, contudo, é que até agora só o que vimos é o aumento do número de acidentes, o aumento da perda de vidas naquele trecho de mais ou menos uns 40km, entre São Francisco do Sul e a BR-101.

O que é preciso e o que se está projetando, na verdade, é a duplicação do trecho de São Francisco do Sul até Jaraguá do Sul. Mas se for duplicado aquele trecho até o trevo da BR-101, com certeza absoluta já irá desafogar de maneira bastante interessante o fluxo de veículos naquela rodovia.

O nosso governador eleito Raimundo Colombo cogita a possibilidade, dependendo o governo que assumir lá em cima, e nós estamos a poucos dias de saber isso, aliás, Santa Catarina está no aguardo de ver o que vai acontecer no segundo turno, porque dependendo de quem for eleito, dependendo do resultado teremos outro cenário para o nosso estado.

Mas nós vislumbramos dois cenários para Santa Catarina e temos a expectativa de que possamos, independentementede quem assumir o governo federal, a Presidência da República, independentementedas picuinhas políticas, das guerras e das baixarias que estamos assistindo nesses últimos dias, receber a atenção que merecemos.

Mas, como eu dizia, o governador eleito comentava conosco que, dependendo do quadro que se avistar lá na frente, poderemos ter a BR-280 transformada numa SC ou numa estrada estadualizada. E tão logo esteja estadualizada, imediatamente começaremos a duplicação.

A informação que recebemos hoje é de que já foi vencida aquela primeira parte das questões ambientais, do Rima e de tantas outras burocracias que norteiam esse tipo de trabalho público. Assim, quem sabe, no decorrer do próximo ano inteirinho passemos, então, ao processo de licitações, para depois pensarmos na duplicação da BR-280. Infelizmente, é isso que temos à nossa frente em relação à BR-280, que tem a ver com o porto de São Francisco do Sul que, independentementeda duplicação ou não, continua a todo vapor e sendo motivo de orgulho para todos nós.

Gostaria de aproveitar também esses minutos que me restam, sr. presidente, para dizer que acho que ainda iremos enfrentar muitos problemas em Santa Catarina relativos ao bombeiro militar e ao bombeiro voluntário, infelizmente! Há uma dificuldade de convivência muito grande entre essas corporações. Acompanhamos isso *pari passu* e temos assistido, em muitos municípios, a esse tipo de problema.

Em Barra do Sul, município próximo a Joinville, temos apenas o bombeiro voluntário, que passa por um momento extremamente difícil. A única ambulância que serve ao município, que já deveria ter sido recolhida, assumindo, no lugar dela, uma ambulância nova, está quebrada, faz duas semanas que está na reforma e até agora não há expectativa de quando ficará pronta.

Portanto, o município de Barra do Sul está sem ambulância. Há uma que está atendendo o posto de saúde, que está totalmente ultrapassada, pois já não tem mais em condições. O Corpo de Bombeiros está fazendo um apelo a quem pode para ver se consegue superar esse problema. A ambulância está há duas semanas no conserto, mas ela já não tem mais condições de funcionar, mesmo arrumando-a. Depois de arrumada, ela durará em funcionamento, mais ou menos, 15 dias.

Enfim, o município de Barra do Sul está sem ambulância, sem atendimento de socorro urgente, o que é muito necessário. A verdade é que a corporação não fosse de bombeiros voluntários, quem sabe já teriam resolvido o problema, mas parece que existe uma marcação em cima deles em Santa Catarina, no sentido de extirpá-las. É uma coisa impressionante! O deputado Reno Caramori conhece muito bem o problema, sabe como os municípios que contam com bombeiros voluntários e bombeiros militares estão sofrendo com esse problema, sabe quantos problemas estão sendo administrados por conta dessa incompatibilidade entre as duas instituições.

Esperamos, de alguma forma, uma solução para o problema de Barra do Sul. Vamos, agora à tarde, encontrar uma solução para esse problema, pois aqueles municípios estão sem ambulância por conta do problema da ambulância do nosso Corpo de Bombeiros.

Eu teria aqui, sr. presidente, muitos assuntos ainda a tratar, mas em 30 segundos só me resta agradecer a v.exa. pela oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Com a palavra o próximo inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados e deputado Nilson Gonçalves, estou nesta Casa há praticamente 20 anos e hoje pela manhã, na comissão de Finanças e Tributação, quando discutimos um projeto de lei referente à doação de terreno para os bombeiros militares, fizemos a observação de que é lamentável que o estado de Santa Catarina enfrente uma situação, permitam-me dizer os catarinenses, burra. Burra! Por quê? Porque temos três modalidades de Corpo de Bombeiros em Santa Catarina: os militares, que atendem à parte dos municípios catarinenses; os voluntários, que atendem a outra parte dos municípios (45 cidades); e os bombeiros comunitários, formados por equipes. Quem trabalha são os voluntários e quem comanda são os militares. Mas temos ainda, srs. deputados, mais de 170 municípios catarinenses que não possuem bombeiros voluntários, comunitários ou militares. Então, não é possível que o povo sofra em consequência de um ato burro, repito, em função da incompreensão de alguém.

Já mostramos nesta Casa, várias vezes, projetos, apresentamos emendas, fizemos o possível dentro das prerrogativas de um parlamentar. Em época de campanha aparecem outros tantos também se dizendo favoráveis, adeptos, mas depois somem. A prova está nos anais desta Casa. Na hora "do pega" ficamos alheios. Temos visitado as corporações de bombeiros voluntários, é minha obrigação como parlamentar, até porque defendemos há 20 anos nesta Casa essas corporações e conhecemos muito bem a Abvesc - Associação dos Bombeiros Voluntários do Estado de Santa Catarina -, que é a maior associação dos bombeiros voluntários do Brasil. Conhecemos a responsabilidade das corporações dos bombeiros voluntários e é óbvio que também conhecemos a hierarquia, conhecemos os bombeiros militares, comunitários e prestamos aqui os nossos agradecimentos a essas corporações que prestam trabalho às comunidades, que são abnegados. Não interessa se é militar, se é comunitário ou se é voluntário, o que queremos é igualdade de condições. Alguns dizem: "Não, há problemas legais!". Pode haver, mas isso não é imoral. Imoral é não dar atenção, é não dar assistência às comunidades.

O deputado Nilson Gonçalves nos relata que há um município no estado de Santa Catarina que só possui uma corporação e que ela está sem condições de atendimento. E aqui, deputado Nilson Gonçalves, quero dizer que sabemos o quanto custa uma corporação voluntária e o quanto custa uma corporação militar para os catarinenses, porque conheço a corporação de Caçador, que possui um dos melhores quadros, que se equipa, inclusive, a outros municípios do mesmo porte, como Jaraguá do Sul, Concórdia, Arabutã, Indaial e assim por diante. De qualquer forma, é claro que não podemos comparar com a de Joinville, que é o berço dos bombeiros voluntários, com mais de 118 anos de vida e uma experiência de renome internacional que já serviu de exemplo a muitos países. Os voluntários são pessoas que dedicam a sua vida em defesa dos bens e das vidas, quando necessário.

Por isso, elaborei um documento e encaminhei-o ao senador Raimundo Colombo, futuro governador de Santa Catarina, também o cumprimentando pelo desempenho na campanha e pela pessoa que ele é. Não é porque é meu amigo, mas conheço-o há muitos anos e tenho por ele um respeito muito grande. Em fileiras diferentes disputamos uma eleição majoritária, mas o vencedor foi o senador Raimundo Colombo e precisamos fazer com que ele assuma a responsabilidade perante o povo catarinense. Nós queremos colaborar, sim, e já iniciamos pedindo ao futuro governador Raimundo Colombo que olhe com carinho e resolva essa mesquinharia que existe e que prejudica grande parte da sociedade catarinense no que diz respeito aos bombeiros voluntários, militares e comunitários.

Já encaminhamos o documento e tenho certeza de que o senador Raimundo Colombo, futuro governador de Santa Catarina, deverá determinar estudos à sua equipe, a fim de viabilizar esse pleito para que no próximo ano não exista mais esse tipo de prejuízo à sociedade catarinense. Solicitamos que se encontre um denominador comum porque é muito fácil: é só tirar a ciumeira. Repito, porque não mando dizer: ciúme de homem é a coisa mais horrível que pode existir! Não me resta alternativa a não ser desconfiar que só pode ser isso, porque são corporações com o mesmo objetivo, com a mesma finalidade, e não é possível que uma fique combatendo a outra, prejudicando o povo catarinense.

Por isso, srs. deputados, sras. deputadas e sr. presidente, este é o apelo que fazemos mais uma vez. Não era o assunto que iria abordar neste espaço, neste plenário, mas a observação oportuna do deputado Nilson Gonçalves quanto à corporação de Barra do Sul, que está com problema sério e não encontra uma solução, forçou-me a abordar o tema.

Tivemos um problema muito sério com a corporação de Campo Belo do Sul, foi um parto muito difícil a liberação dos recursos de subvenção social, que é lei, que todos os municípios devem receber, mas Campo Belo do Sul não havia recebido por questões que não entendi até hoje. Mas finalmente chegamos a um final feliz, depois de viagens e de muitos telefonemas, de muitas críticas neste plenário, depois de constrangimentos que poderiam ter sido eliminados quando todas as corporações receberam a subvenção, menos a corporação de Campo Belo do Sul.

Falava hoje, pela manhã, com o presidente daquela entidade, que começou pequenininha, a qual estamos auxiliando há muito tempo, estamos lutando para que ela cresça em favor da comunidade, daquela região. Não é só Campo Belo do Sul, ela vão atender também ao município de Cerro Negro, que fica bem próximo.

O que queremos do futuro governador é que ele elimine esse tipo de picuinha e faça com que, realmente, o povo catarinense receba os benefícios a que tem direito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT. Conforme acordo com a deputada Professora Odete de Jesus, o próximo orador inscrito utilizará também o tempo do PRB.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, nosso presidente desta sessão, srs. deputados, quero agradecer a gentileza da deputada Professora Odete de Jesus por cedido estes cinco minutos para que eu possa desenvolver um raciocínio, pois com certeza em dez minutos fica mais fácil do que tentar fazê-lo em apenas cinco minutos.

Quero cumprimentar todos os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital, as pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente as servidoras e servidores públicos do estado de Santa Catarina.

Eu acompanhava os pronunciamentos a respeito desses conflitos, dessa relação entre o bombeiro voluntário e bombeiro militar, e sinto-me devendo uma manifestação a esse respeito desta tribuna.

Gostaria de dizer que é preciso, sim, antes de tudo, fortalecer o serviço público na sua condição elementar para que se continue tendo um estado democrático de direito com a sociedade organizada e com o estado cumprindo o seu papel, fazendo com que as Constituições, tanto a federal quanto a estadual, sejam respeitadas. Quem não é servidor público, quem não tem fé pública não pode assinar em nome do estado. E esse é um elemento muito importante no debate que se trava a respeito do bombeiro militar, do bombeiro voluntário e do bombeiro comunitário. Podemos e devemos, sim, fazer toda a discussão necessária a fim de dissolver as possíveis intrigas entre organizações e estruturas de bombeiros no estado, respeitando a Constituição Estadual e a Constituição Federal, respeitando o princípio elementar de que quem fiscaliza, quem atua, quem tem autoridade para fazê-lo é o estado e seus agentes, ou melhor, o estado através de seus agentes. Resolvida esta questão tudo o mais pode ser debatido, o que não pode é continuarmos com essa realidade, em que o estado repassa recursos através de subvenção social, como ficou claro aqui. Quem banca o bombeiro voluntário são as subvenções sociais, portanto, recursos públicos gerenciados sem controle e, permitam-me dizer de forma clara, sem a autoridade do agente público em nome do estado. O que é preciso, o que é fundamental e também urgente é fortalecer as instituições públicos.

Eu falei ontem desta tribuna - e agradeço, porque foi repercutido na coluna do jornalista Roberto Azevedo, do *Diário Catarinense* do dia de hoje - sobre a defasagem de servidores da Segurança Pública no estado de Santa Catarina, fiz referência ao número de dez

mil servidores da Segurança Pública que seriam necessários para que voltemos àquela situação que tínhamos na década de 80, com a possibilidade de fazer patrulhamento, com a possibilidade de ter o efetivo necessário para atender as ocorrências e fazer a prevenção na área da Polícia Militar, nas atribuições específicas e gerais da Polícia Militar, nas atribuições específicas e gerais do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, do sistema prisional, nas atribuições do Instituto Geral de Perícias. Para que o estado tenha uma situação de segurança nessas cinco instituições como havia na década de 80, há 25, 30 anos, é preciso contratar dez mil servidores, cinco mil só para a Polícia Militar. Aí, sim, o estado cumpriria com a sua obrigação constitucional e com a sua obrigação social de ser o garantidor do serviço público na área da segurança e da defesa da sociedade catarinense.

Eu falava também numa lógica que há 20 anos impera no Brasil, que é reprimir a expansão do serviço público, compensando isso através da criação de outros organismos e de outras formas de administrar o serviço. E uma delas é justamente o bombeiro voluntário. Mas há também o soldado temporário na Polícia Militar, que é uma forma de esfacelar ainda mais a segurança pública, criando outros elementos, outros agentes e outros sujeitos que irão, sim, permanentemente, disputar e brigar por espaço de poder na sociedade, como já existe historicamente o conflito de poder entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Por isso, a nossa defesa é pela necessidade de unificação das Polícias Civil e Militar em todo o Brasil e em nosso estado também. A nossa manifestação, a nossa defesa permanente é pela necessidade do fortalecimento do serviço público. E citávamos que o bombeiro militar precisa de dois mil policiais a mais para voltar à realidade da década de 80, considerando o tamanho da população, as dificuldades, a forma de urbanização produzida nesses 30 anos e os problemas sociais existentes hoje, que não existiam com a mesma intensidade no passado.

Então, é sobre este tema que queremos debruçar-nos e debater com a sociedade catarinense, com as autoridades constituídas ou com aquelas que irão constituir-se. Criar, cada vez mais, estruturas e organizações só irá aumentar os conflitos, porque sempre a disputa de poder estará presente, onde quer que exista mais de uma instituição tendo ou pretendendo ter as mesmas atribuições.

É preciso que se busque um caminho inverso para fortalecer o serviço público, ou seja, a defesa da sociedade através da responsabilidade, da competência exclusiva, inalienável e intransferível do poder público de realizar o serviço, através do agente público, do policial, do bombeiro, do perito, daquele que assina em nome do estado, autorizado pela Constituição. É preciso, sim, mais dez mil servidores na Segurança Pública e sabemos que essa defasagem construída ao longo de 20 anos de contenção do serviço público não vai ser recuperada em um ano, dois ou três. É preciso estabelecer uma proposta, um projeto que tenha, talvez, uma década de prazo, com metas a serem alcançadas a cada ano. Não dá, não é possível contratar dez mil servidores de segurança num único ano, é preciso um cronograma nesse sentido, mas que seja cumprida uma etapa a cada ano, como contratar mil por ano, por exemplo, durante dez anos. Daqui a dez anos teríamos uma realidade diferente da de hoje, o que não dá é ficar um ano sem contratar ninguém, e em outro ano contratar 300 e fazer um discurso dizendo que o problema está resolvido. Mas não é verdade, porque nos últimos dois anos mais pessoas saíram do que as 300 que entraram.

Além disso, é preciso valorizar o servidor que está na Segurança Pública de hoje. Quem é que faz a segurança que a sociedade catarinense tem hoje? Quem está lá na linha de frente para fazer a defesa da nossa sociedade diante da calamidade pública, diante da criminalidade, diante da barbárie social que se aprofunda? Quem é que faz isso? Quem está lá? Principalmente o soldado, o cabo, o sargento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. E como está-se sentindo esse servidor? Está-se sentindo discriminado, ultrajado, desprezado, desvalorizado. Discriminado do ponto de vista salarial, a carreira achincalhada com milhares de vagas para cabos e sargentos em aberto, a maioria dos soldados na faixa dos 20 anos de serviço sem promoção e sem expectativa de promoção, desrespeitado em sua dignidade pessoal e profissional todo dia, com regulamentos e práticas draconianas - nem sempre, mas muitas vezes acontece. É isso que é preciso resolver!

Então, além do efetivo que precisa ser aumentado, é preciso tratar o servidor que está na linha de frente - o soldado, o cabo, o sargento, o subtenente, a base da Polícia Civil e do sistema prisional também, os agentes penitenciários - com dignidade, sem discriminação salarial, criando a esperança e a expectativa de mobilidade funcional de ser promovido pelo menos a cada 20 anos - o ideal seria pelo menos a cada 10 anos. E respeitar a sua dignidade todos os dias. Isso precisa ser feito agora!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Flavio Ragagnin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Flavio Ragagnin.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, com a sua permissão, quero registrar a presença do prefeito de Itá, Egídio Luiz Gritti e também reforçar a sua preocupação, sr. presidente, com Itá, município onde v.exa. teve uma brilhante *performance* política, mais especificamente com relação àquele trecho de asfalto que está danificado. E por se tratar de um município turístico, merece a nossa atenção especial.

Então, juntamente com v.exa., gostaria de reforçar o pedido e de fazer coro com v.exa. para que aquele trecho seja recuperado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Flavio Ragagnin. Esta Presidência também registra, com alegria, a presença do prefeito. É um prazer tê-lo na Assembleia.

Deputado, podemos, sim, construir juntos uma parceria e é um prazer poder contar com o seu apoio. Obrigado, deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, srs. deputados e telespectadores da TVAL, subo à tribuna da Casa, hoje, para falar de alguns temas de relevância para este Parlamento e para todos nós, que somos homens públicos.

Começo, deputado Antônio Aguiar - e v.exa. é médico -, falando um pouquinho de saúde pública, que é um tema pertinente e que, com certeza, ocupou grande espaço na campanha neste estado, como também tem recebido grande atenção na campanha nacional.

Vou ler, rapidamente, duas manchetes, uma de sábado e outra de hoje, que dizem o seguinte:

(Passa a ler.)

"Agonia nas emergências

Superlotação provoca caos e longa demora nos atendimentos nos principais hospitais de Porto Alegre

Esperando no armário

Uma situação constrangedora

O excesso de pacientes e a falta de condições e de profissionais para atender com rapidez estão provocando problemas sérios nos estabelecimentos públicos."

A segunda manchete é a seguinte:

"Existem hoje 138 pessoas aguardando por uma vaga em algum Centro de Tratamento Intensivo (CTI) - e, em média, sete morrem por dia nessa fila, segundo uma fonte da secretaria estadual de Saúde.

Das 138 pessoas, 18 contam com uma ordem judicial para ser internadas imediatamente, mas mesmo assim não conseguem transferência. "[sic]

Essa matéria dos 138 pacientes aguardando a transferência para um Centro de Tratamento Intensivo é do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, da data de hoje. A da Agonia nas emergências, com pessoas aguardando nos armários, é de Porto Alegre, do *Correio do Povo* de sábado. E com um detalhe: no Rio Grande do Sul o estado não administra hospitais.

Por que estou trazendo à tona problemas do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro? Porque os programas que temos aqui, em menor escala, estão maximizados em outros estados. Vejam o caso do Rio de Janeiro, com 138 pacientes esperando uma vaga em um CTI, 18 com ordem judicial, e não conseguem vaga. Está provado, portanto, que não é com a judicialização da saúde que se vai resolver o problema de falta de vagas hospitalares ou de atendimento médico.

Eu elenquei, durante os meus últimos anos como secretário de estado da Saúde, alguns problemas relacionados à estrutura da saúde pública e da falta de oferta de serviços, que se vêm acumulando nos últimos 20 anos, que está desaguando de uma maneira extremamente perversa no atendimento à população, imobilizando municípios e estados nas suas condições de atender ou pelo menos dignificar o atendimento em saúde pública.

Se não me engano, deputado Antônio Aguiar, em 1989 ou 1990 - e v.exa. também deve lembrar-se disso -, quando saímos do Inamps para o modelo atual da internação hospitalar - antigamente era guia de internação e acho que agora é autorização -, houve um ministro, e não me lembro se foi o Carlos Santana, que botou a tabela do SUS em 50% da tabela da AMB, e não havia problemas no atendimento na área da saúde. Mas hoje, desgraçadamente, o volume de falta de atendimento é tão grande que daqui a pouco vai tornar-se uma epidemia em saúde pública a falta de acesso da população aos serviços.

Três temas, deputado Antônio Aguiar e demais deputados, trago a esta Casa e sobre

os quais gosto de discorrer. O primeiro é que não ouvi ninguém falar até agora na profissão de médico como carreira do estado, para fazer com que os profissionais não fiquem mais na maré do entra prefeito, sai prefeito, entra governador, sai governador, e não haja um salário compatível para que um profissional, que se dedica tanto a essa carreira, possa fazer um atendimento com dignidade.

Não ouvi ninguém falar até agora sobre isso e, lamentavelmente, estamos terminando as eleições em todos os níveis. Um médico tem que ter a garantia de salário digno para poder fazer um atendimento com tanta responsabilidade que requer essa profissão. Esta é uma bandeira que já levantei nesta Casa: a profissão de médico como carreira de estado, como é a de um promotor ou de um juiz hoje em dia.

O segundo tema que trago é o seguinte: não ouvi ninguém falar até agora, em todo o Brasil, sobre uma política nacional diferenciada para os hospitais conveniados com a rede SUS. Não ouvi ninguém falar sobre uma política de incentivo, uma política de injeção de recursos nesses hospitais que são conveniados.

Hoje em dia, a profissão de gestor hospitalar talvez seja a mais difícil de todas, porque equilibrar receita e despesa e ainda ter que salvar vidas não é fácil. Então, acredito que os hospitais estão literalmente quebrando, porque não ouvi nada até agora a esse respeito.

E trago também a questão da regulamentação da Emenda n. 29, que fez dez anos na semana passada e ainda não avançou um milímetro.

Então, falam tanto em problema de saúde, dinheiro pelo ralo, gestão, mas não atacam o ponto principal, não atacam aquilo que realmente tem que ser atacado, porque vai continuar havendo fila, porque o profissional médico não quer atender pelo que hoje paga o SUS! O prestador de serviço não quer mais atender pelo que paga o SUS, hoje! Nós avançamos tanto, universalizamos o atendimento, mas não estamos dando conta e condições para essa universalização.

Por isso é importante que se reflita e que se repense se realmente a saúde pública é ou não prioridade do serviço público ou é apenas um tema relevante em época de eleições, sejam elas municipais, estaduais ou federais.

Então, srs. deputados, trago esse tema porque está acabando o processo eleitoral e, lamentavelmente, vamos ocupar novamente esta tribuna para continuar falando mal do sistema público de saúde.

Aproveito o tempo que me resta para fazer um agradecimento a todos aqueles que acreditaram em mim, que eu era digno de voltar a este Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra sr. deputado Antônio Aguiar, nosso líder, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores.

O que significa esta bandeira estendida na tribuna da Assembleia Legislativa? Gostaria que a televisão focasse a bandeira que aqui está para perguntar a todos os telespectadores o que significa esta bandeira? Esta é, nada mais, nada menos, do que a bandeira da nossa história, a bandeira do Contestado!

Nós entramos numa semana importante - e fizemos uma lei na Assembleia Legislativa que a instituiu -, a qual iremos relatar para os catarinenses.

(Passa a ler.)

"Da data de hoje, até o próximo dia 27, comemoramos a Semana do Contestado, que rememora um episódio épico da história de Santa Catarina, evento responsável pela consolidação dos limites territoriais do nosso estado.

Tive a satisfação de, nos anos de 2001 e 2002, em meu primeiro mandato nesta Casa, ter sido autor de projetos transformados em leis estaduais que têm a ver com o justo reconhecimento daquele marcante episódio.

A Lei n. 16.810 reconheceu a bandeira do Contestado, de cor branca com uma cruz verde centralizada, como o símbolo regional do estado de Santa Catarina.

Já a Lei n. 16.881 foi a que instituiu a Semana do Contestado que, comemorada do dia 20 ao dia 27 de outubro, tem por objetivo marcar um período anual para que se reverencie o episódio, provocando debates e conferências na rede escolar pública e particular, bem como comemorações cívicas e históricas.

Já faz quase um século do início da guerra do Contestado e muitos já não lembram o episódio, mas a história deve ser rememorada. Ela tem a ver com as nossas origens, pois muitos catarinenses tiverem os seus ancestrais diretamente envolvidos naquele evento.

No período compreendido entre 1912 e 1916, na área então disputada pelos estados de Santa Catarina e do Paraná, a chamada região do Contestado, a luta pela posse da terra levou às armas cerca de 40 mil sertanejos, estendendo-se desde o planalto norte, serra, meio-oeste até o Alto Irani, numa área de quase 30.000km².

Áreas de municípios como: Canoinhas, Porto União, Curitibanos, Campos Novos e Lages, que já pertenciam a Santa Catarina, Itaiópolis e Três Barras, que faziam parte do Paraná e foram anexadas ao nosso estado, bem como Rio Negro, União da Vitória e Palmas, só para citar algumas cidades conhecidas, foram palco de episódios da Guerra do Contestado.

Por muito tempo, mesmo em minha região de origem, o Contestado era um episódio guardado no armário e para alguns tinha apenas o viés do confronto religioso, do messianismo ligado aos monges que marcaram a passagem pela região.

Com o passar de décadas, o Contestado foi revisto e valorizado como uma justa revolta popular contra governos estaduais que promoviam a concentração de terra nas mãos de poucos, e contra o governo federal, que concedeu uma extensa área já habitada a um norte-americana responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande.

O território que era dos chamados caboclos foi doado à Lumber**,** que colocou os trilhos da ferrovia, mas dizimou matas, assacou pinheiros em faixas de 15km de cada lado da estrada de ferro, tirando famílias de suas terras, provocando um enfrentamento com forças militares dos dois estados e do Exército, encarregadas da repressão.

O messianismo esteve presente no cotidiano daquela gente simples, que buscava esperança e salvação, acreditando na sua ressurreição e na instauração de um reinado de paz, justiça e fraternidade. Eles lutaram com o propósito de garantir direitos de terras, combateram a entrada do capital estrangeiro que explorava madeira e promovia uma nova colonização, vendendo glebas a colonos que aos poucos foram estabelecidos na região.

A Guerra do Contestado ficou conhecida como o episódio que terminou em massacre e a rendição em massa de sertanejos que, embora tivessem se empolgado com as primeiras vitórias, não puderam resistir à superioridade bélica das forças repressivas. Além do fuzil, do canhão e da metralhadora, pela primeira vez na América Latina era usada a aviação com fins militares. Terminada a guerra, Paraná e Santa Catarina chegaram a um acordo sobre a questão dos limites e a colonização da região foi intensificada.

Surgiram as primeiras cidades e uma cultura regional começou a ser delineada. A economia extrativista da erva-mate e da madeira foi cedendo lugar aos novos empreendimentos de processamento de matéria-prima. A modernização atingiu também a propriedade rural. A região passou a viver uma nova realidade socioeconômica e cultural.

O desenvolvimento, que acontece a passos largos, preserva, contudo, o espírito inconformista e empreendedor do homem do Contestado, que venceu as adversidades de uma região inóspita e conflitante na luta por sua sobrevivência e na busca de seus direitos. A lição está estampada na cultura e nas marcas que hoje se erguem em todo o território como marcos e referências turísticas porque resgatam um dos mais importantes episódios da história brasileira.

Os fatos históricos e culturais inerentes à questão do Contestado, associados à natureza e aos produtos da região, constituem importante roteiro turístico regional.

A data de 20 de outubro de 1916 marca o acordo entre Santa Catarina e Paraná, firmado no Rio de Janeiro, então capital da República.

Por alguns anos ainda se estenderam conflitos agrários pontuais, mas a verdade é que a Guerra do Contestado consolidou o território catarinense.

Tenho muito orgulho de representar a região do Contestado nesta Assembleia Legislativa, como também é o caso de outros colegas - e somente na nossa bancada posso citar os deputados Romildo Titon, Moacir Sopelsa, Valdir Cobalchini e Elizeu Mattos.

Hoje, a nossa região ainda tem uns raros cidadãos centenários que fizeram parte do episódio. Mas cada família tem histórias para contar de quem fez parte do episódio. Não importa o lado em que estavam, pois o importante é que, passado quase um século, o Contestado se tornou grande região catarinense, é orgulho da gente que lá vive e deve ser reverenciado por todos nós."

Temos certeza de que essa polêmica da região do Contestado surgiu com pessoas guerreiras, como o deputado Manoel Mota, que luta e briga pelo sul do estado e pelo povo catarinense.

Há outros parlamentares que brigam pela sua região, como os deputados Pedro Uczai, Kennedy Nunes, enfim, cada parlamentar procura levar o desenvolvimento para sua região e para o povo catarinense.

Temos certeza de que essa bandeira do Contestado está presente na memória de

todas as famílias daquela região. No norte catarinense, em Canoinhas, cidade que represento, tenho certeza de que o escritor da família Tokarski representou, nas histórias sobre a cidade, muito bem os vários personagens.

Aproximamo-nos do centenário de Canoinhas. No ano que vem aquela cidade vai completar 100 anos. Esse período foi difícil para a região. A situação melhorou nos últimos sete anos é verdade, mas existem muitas dificuldades no planalto norte, principalmente com as indústrias que se instalaram no litoral. Precisamos, sim, instalar indústrias no planalto norte. A agroindústria que para lá foi prometida, hoje está em Itaiópolis.

Enfim, queremos que Santa Catarina cresça de maneira uniforme, que o governo direcione um olhar especial ao planalto norte, mais precisamente à região que representamos. Temos a certeza de que, deputados Manoel Mota, Romildo Titon e Nilson Gonçalves, o próximo governo vai olhar também pela região norte, pelo seu desenvolvimento e crescimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense.

Amanhã será um dia importante, pois vamos receber o governador eleito Raimundo Colombo em Araranguá, às 9h, ocasião em agradecerá todo o empenho para a sua vitória na região do vale do Araranguá, no sul de Santa Catarina. Ele estará acompanhado de um dos maiores vitoriosos do estado, Luiz Henrique da Silveira, porque leva com ele mais dois senadores, Paulo Bauer e Casildo Maldaner.

Acho que Santa Catarina se fortaleceu muito e todos estarão amanhã em Araranguá agradecendo o trabalho, o desempenho e a bravura dos companheiros que construíram a vitória na região. A campanha iniciou muito difícil, mas viramos a página e contribuímos muito para que a eleição fosse ganha no primeiro turno.

Agora, catarinenses, o governador eleito Raimundo Colombo se prepara para uma grande missão, governar Santa Catarina, tendo como lema: As pessoas em primeiro lugar. Eu acho que as pessoas têm que estar em primeiro lugar em qualquer plano da vida pública. E esse *slogan* casou com aquilo que é real neste estado. Por isso, não temos dúvida nenhuma de que o governador eleito está pronto e preparado para começar sua grande missão.

Em Santa Catarina, mais uma vez, elegemos Eduardo Pinho Moreira vice-governador, e assim acho que dá para trabalhar no sentido de que a nossa região, deputado Genésio Goulart, continue crescendo, com um investimento forte no porto de Imbituba, no aeroporto de Jaguaruna, cujos acessos estão sendo feitos e a segunda etapa já está praticamente concluída. Vamos ter um dos melhores e maiores aeroportos do sul do Brasil, um aeroporto internacional.

Eu acho que foram momentos importantes na construção do governo que passou e o governo que assume dará continuidade a todo o trabalho de descentralização realizado no estado de Santa Catarina.

Eu estive, na semana passada, em uma audiência pública, que foi uma das maiores e melhores que participei nesses meus 28 anos de vida pública. Eu já trabalhei por 28 anos sem parar por uma obra, meu caro amigo, deputado Pedro Uczai. Passei 28 anos trabalhando pela BR-285, que liga Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacarias, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho e São Borja. E, apesar de toda essa luta, ainda falta a serra da Rocinha. Falta a licitação dos 25km restantes.

Pois bem, foi o Ibama que coordenou a audiência pública. Das audiências públicas que já presenciei em toda a minha história política, essa foi a que contou com o maior número de pessoas e não houve ninguém que se posicionasse contra a obra. Ao contrário, todos manifestaram seu apoio para que se consiga a licença ambiental. O pacto ambiental foi feito por uma universidade do Paraná e é preciso agora somente a licença ambiental para que o governo possa licitar e assegurar a consecução do corredor do Mercosul, que vai cair no extremo sul de Santa Catarina.

Pessoas da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Chile vão utilizar aquela estrada. E a soja de Passo Fundo, de Carazinho, de Erechim e de toda aquela região irá para o porto de Imbitura por aquela rodovia, pois o porto de Imbituba fica 250km mais perto do que o porto de Rio Grande.

Quanto à cerâmica vermelha, no Rio Grande não há retorno. Por isso está assegurada a vinda de toda a soja para o porto de Imbituba. Então, é ganho real para a região sul.

São 27 anos de luta, de trabalho para poder resgatar a nossa região, que era a segunda mais pobre de Santa Catarina. A primeira era a região serrana, depois vinha a região sul, mas ela está crescendo, gerando empregos, gerando renda. E quando se gera emprego e renda, gera-se desenvolvimento e qualidade de vida a toda a população. E este é o grande objetivo de um governo: gerar emprego, renda, melhorar a qualidade de vida do povo, como vem acontecendo a cada momento em Santa Catarina.

Santa Catarina sabia o que queria e continua sabendo. E por continuar sabendo, deu-se continuidade ao governo da descentralização. Em Santa Catarina havia um êxodo de pessoas dos pequenos para os grandes municípios em busca de emprego, mas hoje não existe mais isso. Hoje o estado cresceu como um todo. Todos os municípios cresceram e isso faz com que a população se mantenha na própria região. E quem ganhou com isso? Santa Catarina, toda a sociedade catarinense. Por isso, tenho orgulho de ter sido líder da bancada do governo algumas vezes e de ter ajudado, contribuído, e muito, para construir esse grande caminho para o desenvolvimento deste estado e da gente catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Esta Presidência registra com muita alegria a presença dos alunos da Escola de Educação Básica da Unidavi, de Rio do Sul. Cumprimentamos os alunos e especialmente as professoras que acompanham os seus alunos.

Parabéns a vocês! Sejam bem-vindos a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores de TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, todos que participam desta sessão, assomo a esta tribuna em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e também em nome da coordenação da Frente Parlamentar das Ferrovias.

Estivemos ontem em Brasília reunidos com o ministério dos Transportes, com o DNIT, com os responsáveis técnicos pelos projetos ferroviários deste país para discutir a implantação da Ferrovia da Integração, que vai ligar Itajaí a Chapecó, estendendo-se depois até Dionísio Cerqueira.

Mas antes de irmos aos detalhes da reunião, temos uma boa notícia a dar: a imprensa já deu publicidade ao segundo edital de licitação, cujas propostas serão abertas no dia 1º de dezembro, do projeto básico de engenharia do trecho Itajaí/Chapecó. Os 622km serão divididos em cinco lotes.

Vitória! Conquista! Decisão política do governo do presidente Lula de integrar o estado de Santa Catarina agora também por ferrovias, além de rodovias. Depois de concluído o projeto da BR-282 entre São José do Cerrito, Lages, São Miguel d'Oeste, Paraíso e a divisa com a Argentina, é estratégico pensar Santa Catarina num outro modal de transporte, o ferroviário.

Por isso, essa licitação foi aberta, o segundo edital da chamada Ferrovia da Integração, que tem como traçado Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Curitibanos, Campos Novos, Joaçaba, Xanxerê e Chapecó, já está definido, e a obra será construída em cinco lotes, no valor de R$ 31 milhões para fazer o projeto de engenharia. Isso significa que a espinha dorsal deste estado passará a contar com uma ferrovia.

Outro compromisso do ministério dos Transportes e da Casa Civil, que coordena o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC-2, é fazer a consolidação do estudo do litoral até o extremo oeste de Santa Catarina, até Dionísio Cerqueira, para avaliar a viabilidade econômica, técnica, financeira e socioeconômica do trecho Chapecó/Dionísio Cerqueira, porque o nosso sonho é fazer a ligação bioceânica por ferrovia, do extremo oeste até Resistência, na Argentina, e Antofagasta, no Chile.

Por isso, é motivo de comemoração, é pensar o futuro de Santa Catarina, é pensar o desenvolvimento deste estado de forma estratégica, com a integração dos países do Mercosul através de ferrovia. Como coordenador da Frente Parlamentar, comemoro essa conquista.

Vou deixar o mandato de deputado estadual para assumir uma vaga na Câmara Federal e quero dar continuidade ao trabalho coordenando essa Frente Parlamentar não mais como deputado estadual, mas como deputado federal, para ver Santa Catarina integrada por ferrovia.

As grandes agroindústrias hoje, no estado, já estão reivindicando ferrovias para o transporte dos insumos, do farelo de soja, do milho, porque, deputado Antônio Ceron, 1,5 milhão de toneladas de grãos são importados do centro-oeste por ano, o custo do transporte está insustentável e ficará inviável a médio prazo.

Pensar na economia de Santa Catarina é pensar estrategicamente o estado, o

seu futuro em logística de transporte e energeticamente. Por isso a Ferrovia da Integração é uma conquista, uma vitória, e comemoro junto como os deputados estaduais, deputados federais, senadores e também com o governo do presidente Lula, que está projetando Santa Catarina para um futuro melhor.

Por quê? Porque o transporte ferroviário é mais barato, mais seguro e ambientalmente sustentável. A ferrovia é uma via de transporte que mantém as empresas nas regiões e permite a melhoria da situação das rodovias. A melhor opção, depois de hidrovia, é a ferrovia.

Por isso, vim de Brasília, no dia de ontem, sinalizando mais um edital, num futuro bem próximo, que vai trazer R$ 31 milhões. Em 360 dias vai estar pronto todo o projeto de engenharia. Nós fomos ouvidos pelo ministério dos Transportes e foram definidos cinco lotes. Em dezembro próximo abrem as propostas e em dezembro de 2011 estará concluído todo o projeto de engenharia: os túneis, as pontes, os viadutos. Todo o traçado estará definido, e em seguida poderá ser licitado o projeto executivo. Quiçá até o final do ano de 2012 possamos licitar as obras da Ferrovia da Integração, esse corredor ferroviário tão estratégico, deputado Flavio Ragagnin, a quem recebemos com muita alegria novamente neste plenário.

O futuro das agroindústrias no oeste está definido não só por rodovias, mas, estrategicamente, pela Ferrovia da Integração e pela Ferrovia Norte/Sul, que vai ligar Chapecó aos outros estados do país.

O Sr. Deputado Flavio Ragagnin - V.Exa. me concede um parte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Flávio Ragagnin - Deputado, gostaria de me congratular com v.exa. por essa conquista. O oeste de Santa Catarina está esperando há muito tempo pelas BRs 282, 466 e 283. Em Seara, Concórdia, Chapecó, enfim, onde existem agroindústrias, essa é uma preocupação muito grande. O estrangulamento dessas rodovias é uma coisa absurda. E isso vem em boa hora.

Eu queria também transmitir essa preocupação e congratular-me com v.exa., pois, afinal de contas, é uma conquista importante para o oeste.

Só espero que v.exa. continue com essa disposição, juntamente com o deputado Odacir Zonta, que será seu parceiro, sem dúvida alguma, para que haja continuidade no projeto e as coisas avancem.

Eu queria colocar a posição do alto Uruguai e do oeste de Santa Catarina, congratulando-me com v.exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, deputado Flavio Ragagnin, quero dizer que essa é a nossa esperança, porque se trata de um projeto estratégico que está colocando o Brasil na perspectiva de uma grande nação, pois estamos engajados e comprometidos com a sua continuidade, juntamente com o presidente Lula.

O projeto da Ferrovia da Integração é estratégico para construirmos um Brasil decente e digno para todos os brasileiros.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Não havendo parlamentares do PP que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0015/2010 e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§ do Regimento Interno.

Comunica também que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0005/2010, 0042/2010, 0101/2010, 0106/2010, 0113/2010, 0149/2010, 0152/2010, 0153/2010, 0191/2010, 0210/2010, 0212/2010, 0343/2010, 0347/2010, 0350/2010, 0352/2010, 0353/2020, 0355/2010, 0361/2010, 0367/2010, 0370/2010, 0371/2010, 0372/2010, 0373/2010, 0380/2010, 0382/2010, 0383/2010, 0385/2010, 0386/2010, 0387/2010, 0389/2010, 0391/2010, 0401/2010, 0402/2010, 0405/2010, 0407/2010, 0428/2010, 0430/2010, 0433/2010, 0435/2010, 0446/2010, 0448/2010, 0451/2010, 0452/2010, 0460/2010, 0462/2010, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0122/2010, de autoria de entidade social, que encaminha relatório da Sociedade Beneficente Seara do Bem, de Lages, referente ao exercício de 2009.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0190/2010, de autoria de entidade social, que encaminha relatório de atividades do Conselho Comunitário de Aririú da Formiga, de Palhoça, referente ao exercício de 2009.

Esta Presidência comunica também que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0528/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0529/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; e 0530/2010, de autoria do deputado André Dadam.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0006/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0120/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon, que altera dispositivos da Lei n. 10.759, de 1998 (peso máximo do material escolar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0184/2010, de origem governamental, que institui Bolsa de Estímulo à Produtividade em Pesquisa Discente de Pós-Graduação, no Curso de Estudos Estratégicos em Administração Pública - CEEAP -, da Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração - ENA/ Brasil, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0002/2010, de autoria do deputado José Natal, que declara de utilidade pública o Instituto Oxigênio Cultural, com sede e foro no município de São José.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0134/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Felipe Schmidt, de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0166/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Liga Esportiva Canoinhense, de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0271/2010, de autoria do deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública a Associação Grupo Tempo de Viver da 3ª Idade, do município de Ituporanga.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0282/2010, de autoria da deputada Angela Albino, que declara de utilidade pública a Associação dos Atletas Especiais de Brusque, com sede no município de Brusque.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 021-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 23 de fevereiro de 2010.

Substitui o Deputado Lício Mauro da Silveira, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, na Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul e na Comissão de Legislação Participativa, pelo Deputado Flávio Ragagnin.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Deputado Antônio Aguiar
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Marcos Vieira
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Décio Góes
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Romildo Titon
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Deputado Darci de Matos
Deputado Marcos Vieira
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Pedro Uczai
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Manoel Mota
Deputado Renato Hinnig
Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Deputado Darci de Matos
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Pedro Uczai
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL
Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Serafim Venzon
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Reno Caramori
Deputado Romildo Titon
Deputado Rogério Mendonça (Peninha)
Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER
Deputado Gilmar Knaesel
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Onofre Santo Agostini
Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Gilmar Knaesel
Deputado Décio Góes
Deputado Reno Caramori
Deputado Manoel Mota
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Deputado Cesar Souza Júnior
Deputado Serafim Venzon
Deputado Pedro Uczai
Deputado *Flávio Ragagnin*
Deputado Edison Andrino
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Altair Guidi

COMISSÃO DE SAÚDE
Deputado Darci de Matos
Deputado Dado Cherem
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Antônio Aguiar
Deputado Genésio Goulart
Deputada Professora Odete de Jesus

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Dado Cherem
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Manoel Mota
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Altair Guidi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA
Deputado Serafim Venzon
Deputado Pedro Uczai
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Renato Hinnig
Deputado Altair Guidi

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Deputado Nilson Gonçalves
Deputada Ana Paula Lima
Deputado *Flávio Ragagnin*
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Renato Hinnig
Deputado Edison Andrino
Deputado Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Marcos Vieira
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Reno Caramori
Deputado Edison Andrino
Deputado Renato Hinnig
Deputado Altair Guidi

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Dado Cherem
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Reno Caramori
Deputado Edison Andrino
Deputado Ronaldo Benedet
Deputado Darci de Matos
Deputado Altair Guidi

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Onofre Santo Agostini
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado *Flávio Ragagnin*
Deputado Rogério Mendonça (Peninha)
Deputado Genésio Goulart
Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de outubro de 2010

Deputado Gelson Merisio
Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 482, de 20 de outubro de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º. A indenização devida a servidor inativo do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa relativa à licença-prêmio será calculada com base nos seus proventos de inatividade.

Parágrafo único. A indenização prevista no *caput* será autorizada pelo Diretor-Geral, observado o parecer da Procuradoria Jurídica, a dotação orçamentária e a disponibilidade financeira.

Art. 2º. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Ato correrão por conta da dotação própria da Assembleia Legislativa.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 483, de 21 de outubro de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1514/2010

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745/2005,*

AUTORIZAR o afastamento de exercício, do servidor **LUCIANO DE CARVALHO OLIVEIRA**, matrícula nº 1149, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com duração de 18 meses, tendo como propósito a realização de curso de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos em Administração Pública, ministrado pela Escola Nacional de Administração - ENA Brasil, a partir de 15 de março 2010.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 484, de 21 de outubro de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1973/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **LUIZ ALBERTO SECCON**, matrícula n.º 0425, no cargo de Consultor Especial Jurídico, código PL/ASI-71, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 485, de 21 de outubro de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1939/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **ANSELMO INACIO KLEIN**, matrícula n.º 0754, no cargo de Consultor Especial Jurídico, código PL/ASI-71, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e dez, às nove horas, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniram-se os deputados: Marcos Vieira, Antonio Ceron, Valdir Cobalchini, em substituição ao deputado Manoel Mota, Renato Hinnig, Silvio Dreveck e Dirceu Dresch. Ato continuum, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da 18ª reunião ordinária, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente passou a palavra aos deputados, para relatarem seus projetos: o deputado Renato Hinnig relatou seu voto vista ao PLC./0017.5/2010, em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Seguindo, o deputado Lício Mauro da Silveira relatou seu voto vista ao PL./0566.1/2009, em discussão, foi solicitado vista em gabinete ao deputado Dirceu Dresch. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, e convocou para uma reunião simultânea logo após, à qual eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, ao primeiro dia de setembro do ano de dois mil e dez.

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ALESC (GASOLINA E ÁLCOOL COMUM).
DATA: 08/11/2010 - **HORA**: 09:00 horas
ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 08 de novembro de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br)
Florianópolis, 20 de outubro de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COM ENTREGA MENSAL PROGRAMADA (AÇÚCAR, LEITE E ÁGUA MINERAL).

DATA: 04/11/2010 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 04 de novembro de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br)

Florianópolis, 20 de outubro de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1332/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 045/2010, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT.**

LOTE ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: SETTA SUL LTDA ME

Valor total global último lance: R$61.999,00

Marca: MIDEA

Florianópolis, 21 de outubro de 2010

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1508, de 20 de outubro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 048/2010.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebellato	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Viana	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1509, de 20 de outubro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 049/2010.

Matr	Nome do Servidor	Função
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1510, de 21 de outubro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput*, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1622	Elias Bruno Steinbach	30	01/10/10	2120/10
1264	Nivaldo Mauricio Erckmann	45	23/09/10	2117/10
1353	Walma Correa Santa Rita	30	14/10/10	2119/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1511, de 21 de outubro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2106	Ana Maria Baggio da Silva	30	01/10/10	2122/10
2137	Emilse Dias Rocha Maria	120	30/09/10	2121/10
1388	Luiz Lopes Vieira Filho	45	01/10/10	2123/10
0984	Maria Angela de Araújo Bortoluzzi	60	15/10/10	2118/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1512, de 21 de outubro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **MAGDA DE ARAUJO NARCISO**, matrícula nº 1301, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, por mais 30 dias o cargo de Coordenador de Eventos, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ROSANA BRASCA CAJUELLA, que se encontra em Licença Médica por 30 (trinta) dias, a contar de 01 de outubro de 2010 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1513, de 21 de outubro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOSE NILTON SANSEVERINO**, matrícula nº 6102, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 21 de outubro de 2010 (Gab Dep Ronaldo Benedet).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1514, de 21 de outubro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GIOVANI PEIXOTO CONTI, matrícula nº 3507, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ronaldo Benedet).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1515, de 21 de outubro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LUIZ RICARDO CAVILHA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 2ª Secretaria).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1516, de 21 de outubro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2065/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **JOSÉ ALEXANDRE MACHADO**, matrícula nº 4675, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 1º de outubro de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 339/10

Declara de Utilidade Pública a Associação do Conselho Comunitário de São Miguel de Porto União.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Conselho Comunitário de São Miguel, com sede no município de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Estadual 15.125/2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 20/10/10

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento, proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação do Conselho Comunitário de São Miguel do município de Porto União.

Trata-se de uma entidade que, conforme seu estatuto social, não tem fins lucrativos e se enquadra nas exigências da Lei Estadual 15.125/2010, eis que promove atividades sociais, culturais e desportivas, e assistência às pessoas carentes.

Frente os relevantes propósitos da referida entidade, para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação da presente proposição, para conceder à Associação do Conselho Comunitário de São Miguel, do município de Porto União, o Título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 340/10

Declara de utilidade pública estadual a Associação de Missionários Janela 20:20 - Missões 20:20, de Piçarras.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Missionários Janela 20:20 - Missões 20:20, com sede no município de Piçarras.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dado Cherem

Lido no Expediente

Sessão de 21/10/10

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação de Missionários Janela 20:20, de Piçarras.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade realizar missões por todas as Nações do mundo, alcançando todos os seres humanos, independente de credo ou raça, principalmente os mais necessitados, aqueles que por um motivo ou outro foram esquecidos pelo sistema que rege os principais governos do mundo.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***